Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Rafael Gustavo Frazão Fernandes da Silva

A Copa União de 1987 e a construção de sua memória

São Gonçalo
2016

Rafael Gustavo Frazão Fernandes da Silva

A Copa União de 1987 e a construção de sua memória

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Martin Christoph Curi Spörl

São Gonçalo

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S586 Silva, Rafael Gustavo Frazão Fernandes da.
A Copa União de 1987 e a construção de sua memória / Rafael Gustavo Frazão Fernandes da Silva. – 2016.
88f.

Orientador: Prof. Dr. Martin Christoph Curi Spörl.
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Futebol – Teses. 2. Futebol – Torneios – Teses. I. Spörl, Martin Christoph Curi. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 79

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Rafael Gustavo Frazão Fernandes da Silva

A Copa União de 1987 e a construção de sua memória

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território

Aprovada em 30 de agosto de 2016

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Martin Christoph Curi Spörl (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

_____

Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

_____

Prof[a]. Da. Simoni Lahud Guedes

Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2016

À família

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado é um processo longo de construção e de múltiplas participações, sem as quais seria impossível a sua conclusão com êxito. Gostaria de agradecer a quem me apoiou e tornou possível esse trabalho.

Agradeço primeiramente ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que aprovou o meu projeto, depositando grande confiança em um trabalho com poucos semelhantes em seu histórico. Espero conseguir honrar essa confiança e colaborar para manter o nível de excelência alcançado pelo programa, além de contribuir para o seu devido reconhecimento na comunidade acadêmica.

Gostaria de agradecer pelos ensinamentos e pela amizade o meu orientador Martin Curi.

Meu muito obrigado pela disponibilidade e as arguições aos professores membros da banca Sydenham Lourenço Neto, Simoni Lahud Guedes e as suplentes Joana D'Arc do Valle Bahia e Ana Paula da Silva.

Além desses professores, agradeço os com quais cursei disciplinas durante o mestrado: Christiane Vieira Laidler, José Sérgio Leite Lopes e Maria Letícia Corrêa.

Tive a oportunidade de dialogar com outros professores que fizeram esse trabalho crescer. Agradeço a Alejo Levoratti, Alvaro Vicente Graça Truppel Pereira do Cabo, Eduardo de Souza Gomes, Gustavo Andrada Bandeira, Hugo da Silva Moraes, Ingrid Ferreira Fonseca, Leda Maria da Costa, Luiz Guilherme Porto Rocha, Marina de Mattos Dantas e Rodrigo Carrapatoso de Lima.

Muito obrigado ao meu primo André Régis pela revisão e pela amizade.

Esse trabalho não seria o mesmo sem a colaboração dos interlocutores. Agradeço a Taís Vieira do Vale e Luiz Gustavo Ferreira, que colaboraram para a realização das pesquisas de campo; ao radialista Ricardo Mazella e equipe do programa No mundo da bola da Rádio Nacional e ao também radialista Waldir Luiz pela atenção e pelo acolhimento.

Lembro dos companheiros de jornada e colegas de mestrado: Adauto, Ana, Bruno, Camila, Cilene, Fausto, Fred, Guilherme, Igor, Jorge, Rafaela, Ramon, Sérgio, Sonja, Vanessa, Virgínia, Vivian e Vinícius.

Fui professor no Centro Educacional Mundo Novo no curso do mestrado e agradeço a direção, coordenação, funcionários e aos meus alunos pelo total apoio e compreensão.

Agradeço aos amigos Camila, Diogo, Gabriela, Leandro, Luís Gustavo, Luís, Luiz

Fernando, Pedro e Vinícius pelo companheirismo.

Agradecimento especial aos meus pais José Rogério e Maria da Graça, a minha irmã Ludmila e minha sobrinha Milena por todo o encorajamento e incentivo.

Ganhar ou perder, mas sempre com democracia

Democracia Corinthiana

RESUMO

SILVA, Rafael Gustavo Frazão Fernandes da. *A Copa União de 1987 e a construção de sua memória*. 88f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

A Copa União de 1987 foi tema de intensos debates no campo esportivo desde a sua gênese, até os dias atuais. A presente dissertação pretende debater as razões que geraram tamanha comoção junto a diversos atores sociais através da história oral. Com o apoio de teóricos como Pierre Bourdieu, Maurice Halbwaches e Roberto DaMatta, além de tantos outros importantes pesquisadores do esporte na História e Ciências Sociais, é analisado o contexto histórico do surgimento do torneio, bem como o próprio evento e seus desdobramentos, a fim de analisar a construção de sua memória. A hipótese é de que essa edição do Campeonato Brasileiro é um importante objeto de disputa simbólica dentro do campo esportivo.

Palavras-chave: Futebol. Copa União. Memória. Campo esportivo.

ABSTRACT

SILVA, Rafael Gustavo Frazão Fernandes da. *The Copa União of 1987 and the construction of your memory*. 88f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

The Copa União of 1987 was the subject of intense debates in the sports field from its genesis, to the present day. The present dissertation intends to discuss the reasons that generated such a commotion along with several social actors through oral history. With the support of such theoreticians as Pierre Bourdieu, Maurice Halbwaches and Roberto DaMatta, as well as many other important sports researchers in History and Social Sciences, the historical context of the tournament's appearance is analyzed, as well as the event itself and its unfolding To analyze the construction of his memory. The hypothesis is that this edition of the Brazilian Championship is an important object of symbolic dispute within the sports field.

Keywords: Football. Copa União. Memory. Sports field

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO …….	10
1	**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA** ……	16
2	**O FUTEBOL COMO ORGANISMO DE CONTROLE DO ESTADO** …..	34
2.1	**Aonde a Arena vai mal, um time no nacional** …….....……..	35
2.2	**Mudanças políticas e sociais brasileiras** ……..	41
2.3	**Os precedentes da criação do Clube dos 13** …….	50
2.4	**A Copa União de 1987** ……..	53
3	**OS TRIBUNAIS** ……...	57
3.1	**A mídia esportiva** ……..	59
3.2	**Os torcedores** ……	68
3.3	**A comunidade imaginada** …….	76
	CONCLUSÃO …….	80
	REFERÊNCIAS ……..	85

INTRODUÇÃO

O futebol inegavelmente é um dos maiores fenômenos sociais do Brasil. Todo brasileiro tem alguma experiência mínima que seja com o futebol, tornando-se capaz de expressar alguma ideia própria sobre ele. Ao longo do seu desenvolvimento e de sua popularização aqui no país, concomitantemente, acompanhou o amadurecimento da nação. Representou em um primeiro momento o desejo de modernidade brasileira, como vários dos produtos de importação ingleses. Ganhou públicos diversos, logo se tornando uma mania entre os brasileiros. Também não tardou para que isso fosse percebido e usado politicamente no governo do Estado Novo. Foi a primeira, mas não a última vez, que o futebol esteve atrelado a projetos de nacionalidade brasileiro. Mas como um esporte alcança tamanha importância? E como, efetivamente, um esporte pode se interligar dessa forma a uma esfera, aparentemente, distante da sociedade?

Antes de responder a essas questões básicas, devo apresentar os objetivos principais dessa pesquisa. A proposta aqui é analisar a Copa União de 1987. Um torneio que, desde a sua gênese até os dias atuais, apresentou características únicas na história do futebol brasileiro. Isso por si só já motivou a pesquisa. Contudo, ao me aprofundar no assunto, observo mais claramente a complexidade que o envolve e a razão de ainda ser um evento relevante no campo esportivo brasileiro. Afinal, já são quase trinta anos de sua realização e ainda é tema de discussões. Então, cabe questionar: quais são essas razões para um torneio realizado há quase trinta anos ainda ser tão vivo na memória de muitos?

Falar sobre memória pode gerar desconfianças por seu caráter fluído, dando margens a diversas e constantes ressignificações. Como se fosse uma História ainda viva, que não permite uma análise mais ampla pelo seu pouco distanciamento temporal. O aprofundamento nos estudos da história do tempo presente permite-nos caminhar com maior segurança sob esse terreno. Segundo Hartmut Kaelble[1], a expressão *história do tempo presente* surgiu após a Segunda Guerra Mundial. A história do século XX já se mostrava cheia de turbulências e indicava que profundas mudanças estavam por ocorrer. Toda essa intensificação dos ritmos da história nas últimas décadas, trazida pelas grandes guerras e pela eclosão da Revolução Soviética, estimulou o desenvolvimento do estudo do tempo presente.

Mas, retornando ao Brasil, que cronologia, que evento-chave deve ser adotado como

---

[1] KAELBLE, 1993, p.8, Apud FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº3, p.111-124, maio/jun., 2000.

marco inicial da história do tempo presente? Para alguns trata-se do período que remonta à última grande ruptura[2]. Para Hobsbawm[3], o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação.

Será que houve essa grande ruptura no Brasil? Há eventos atuais que forçam a olhar de uma nova maneira pro passado? O fim do regime civil-militar brasileiro, sem dúvidas, foi um período de intenso debate sobre novos significados de Brasil, releituras dos projetos de nação até então vigentes e propostas para uma mudança julgada como necessária, que podem dar pistas sobre uma possível ruptura. Então, quais são esses antigos e novos projetos de nação? Dialeticamente, qual foi a síntese desse debate? Quais possibilidades de interpretação esse debate permite ter?

Contextualizando. A sociedade brasileira acompanhou ao final do regime civil-militar o processo de reabertura política em diversos setores. A interferência governamental nos esportes durante o regime civil-militar brasileiro teve início a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº1, de 17 de outubro de 1969[4], que tornou competência da União legislar sobre as normas relativas ao desporto. Após realizar o Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, o governo Costa e Silva institucionalizou a Política Nacional de Educação Física e Desportos com a criação do Departamento de Educação Física e Desporto (DED), órgão veiculado ao Ministério da Educação e Cultura que passou a centralizar as ações do setor. No novo modelo tecnocrático e centralista, os militares passaram a controlar diretamente as ações políticas e administrativas no esporte, incorporando-o à lógica das relações políticas vigentes.

Centro-me na década de 1980, que representou para a sociedade brasileira um momento no qual se elaborou e se difundiu um debate em torno da construção de uma nova cidadania a partir de ideais de democracia e justiça à época, o que tomou corpo na luta por uma vida mais digna, por justiça social e por uma democracia que propiciasse a realização destas e de outras aspirações. O governo do General Geisel a partir de 1974 inicia o processo de reabertura política idealizado por Golbery Couto e Silva, que culminaria em 1985 com a eleição indireta do civil Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice-presidente. Esse processo lento e gradual estabeleceu novos parâmetros para a atividade política e

---

[2] VOLDMAN, 1993, P.9, Apud ibidem
[3] HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[4] <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm> Acesso em julho, 2016.

parlamentar.

Essas transformações ocorreram ao mesmo tempo em que a Confederação Brasileira de Futebol(CBF) se capacitava para uma melhor administração do esporte que sempre estivera no topo da lista de prioridades do antigo órgão gestor do esporte brasileiro, a Confederação Brasileira de Desporto (CBD). Por outro lado, a organização da sociedade civil possibilitou a atuação de novos agentes em um campo cada vez mais balizado por instituições ancoradas nos princípios da justiça e da democracia. Essa alteração no ambiente nacional se refletiria também na estrutura política da CBF. A pressão crescente dos dirigentes dos principais clubes brasileiros, sistematicamente afastados do centro de controle e decisão da entidade devido ao estilo centralizador adotado pelo oficialato, forçava agora uma nova correlação de forças. Ao mesmo tempo, o regime civil-militar adotava uma nova postura, que aos olhos públicos atraía a participação de novas lideranças civis, levava a um enfraquecimento da Confederação recém-fundada. Era preciso adotar uma nova face para um novo modelo de gestão em uma nova entidade.

A partir das instituições do futebol brasileiro, é factível investigar um intricado período de transição nacional. A sociedade civil clamava por mudanças em todas as esferas e o mesmo discurso esteve presente entre os chamados grandes clubes do futebol brasileiro. É praticável relacionar o surgimento da União dos Grandes Clubes do Futebol Brasileiro (Clube dos 13) aos debates em torno da construção de um novo projeto brasileiro, que buscava romper com os valores tradicionais, baseados numa política de troca de favores posta em prática pelos militares e empenhava-se em modernizar a estrutura de comando a partir de ideais de democracia e igualdade, norteadores no debate do novo projeto de nacionalidade brasileira.

A Copa União de 1987 foi um projeto levado a cabo pelo Clube dos 13 e aconteceu após um longo histórico de desgaste da credibilidade da CBF, afetada ainda por uma crise econômica. Foi o momento encontrado por alguns clubes para fazer oposição ao comando do futebol profissional brasileiro e propor um novo modelo de gestão, baseado em uma liderança compartilhada e autônoma dos clubes da elite futebolística nacional. Todavia, tanto no campo político, quanto no esportivo, geraram-se tensões que resultam em questões atuais. Então, esse é o evento-chave para o qual devemos revisar e buscar significações, avançando na compreensão da história do presente.

Portanto, este trabalho pretende contribuir para compreensão de eventos recentes, além de propor novas possibilidades de um estudo ainda em constante construção. A escolha pelo futebol se deu por entendermos o esporte como uma das mais importantes manifestações

culturais da contemporaneidade. Compreendendo a sua configuração combinada a outros aspectos sociais, políticos e econômicos, torna-se uma interessante ferramenta na construção de representações de processos identitários comunitários, de classe, de gênero, de etnia e de nação[5]. Dessa forma, o futebol representar-se-á nessa pesquisa não como fenômeno paralelo e sim como parte constitutiva da história recente do Brasil e entendendo a sua construção histórica gerada como parte indissociável dos desdobramentos da vida política, econômica e social do país.

Ao entendermos o futebol como importante elemento nacional é possível se discutir e analisar aspectos centrais da sociedade brasileira contemporânea. Um desses aspectos centrais é o debate em torno da democracia. A jovem democracia do país apresenta-se ainda em constante construção, com visíveis avanços sociais e a resistência de setores conservadores. Cabe aqui nesse trabalho a análise das disputas que envolvem esse processo de democratização da sociedade brasileira dramatizada no futebol nacional.

Além disso, a realização recente de megaeventos esportivos no Brasil, como os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de Futebol de 2014, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, aumentam a visibilidade da temática para o público em geral, tanto no Brasil quanto no exterior, reforçando consequentemente a necessidade e a importância de iniciativas que permitam discutir, compreender, interpretar, explicar tais fenômenos por caminhos e perspectivas diferenciadas daquelas presentes no senso comum e/ou na cobertura esportiva realizada pelos meios de comunicação.

Tal pesquisa visa também contribuir para o debate historiográfico ao lançar mão de uma perspectiva pouco explorada. Embora aja uma grande expansão dos estudos sobre a História do futebol no Brasil, ainda há uma vasta possibilidade de análise sobre a memória e sobre o torcedor. Multiplicam-se na historiografia brasileira trabalhos que abordem, principalmente, as questões sobre identidade e a associação política do esporte, em parte pela sedimentação da tradição do “futebol como ópio do povo”. Porém, nos últimos anos observa-se a ampliação dos estudos nas ciências humanas e sociais sobre a temática, o que encoraja essa pesquisa. Com isso, além de destacar a relevância social alcançada pelo futebol no Brasil, pretendo contribuir com essa expansão do campo historiográfico.

O trabalho é dividido em três partes, além da conclusão. No primeiro capítulo é apresentado o arcabouço teórico. Para compreender melhor esse processo, faz-se necessária a compreensão dos conceitos de *campo* e *habitus*, formulado por Pierre Bourdieu. Em cima de

---

[5] DAMATTA, Roberto. “Esporte na Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro”. In: DAMATTA, Roberto et alii. Universo do Futebol: esporte e sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982

tais conceitos, Bourdieu parte da hipótese de que há um conjunto de práticas e dos consumos esportivos oferecidos aos agentes sociais como uma oferta destinada a encontrar certa procura social, o que garante não só a existência, mas a autonomia do *campo esportivo,* um campo que apresenta sua própria história e suas próprias significações ainda que articulado a um determinado contexto histórico.

A partir do conceito de campo esportivo é feita a abordagem às fontes históricas, compreendendo que o campo esportivo é simultaneamente totalizado e recortado através de três categorias de agentes: profissionais, especialistas e torcedores, classificados a partir das suas diferentes formas de atuação e participação no jogo. Essa análise é feita a partir de relatos, a qual centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido, porém nunca em sua totalidade, mas parcialmente em decorrência dos estímulos para a sua seleção, recebendo aqui o interesse em especial a interpretar quais foram os estímulos que geraram a construção da memória do evento.

Todavia, não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em uma estrutura tal que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas. Maurice Halbwachs[6] examina a memória coletiva e, como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. A memória acrescenta uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, além de permitir descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.

No segundo capítulo é feita a contextualização histórica do objeto de estudo. Investigo a origem do forte centralismo da CBF e as razões para a sua crise de representatividade. Faz-se necessária essa contextualização para entender a estrutura a qual a Copa União de 1987 e a construção de sua memória se desenvolveram. Analiso como a CBD e, posteriormente, a CBF atuavam num papel central no futebol profissional brasileiro, como principal elo de representação e legitimação dos clubes brasileiros junto a Fédération Internationale de Football Association (FIFA). Essa centralidade em torno da CBF tornou-se excessiva na visão dos clubes, impedindo-os de explorar todas as suas potencialidades, sobretudo no ponto de vista econômico. A partir do processo de retomada da abertura política, os principais clubes brasileiros passam a questionar essa excessiva centralização do comando do futebol pela CBF, forçando um reequilíbrio de forças políticas.

No terceiro capítulo é apresentado o resultado da pesquisa de campo, com a análise

---

[6] HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

das falas de torcedores, jornalistas e dirigentes a fim de encontrar os elementos que construíram a memória da Copa União. A partir de suas falas é analisado o momento político do qual se desenrolou tal processo e a construção da própria memória e da história do campeonato. Nesse capítulo os conceitos de Maurice Halbwaches sobre construção de memória e Pierre Bourdieu são postos em prática para compreender os elementos que venham a constituir essa memória, conforme apresentados no primeiro capítulo.

1 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Era 05 de novembro de 2014 e eu me encontrava com dois amigos em um bar em São Gonçalo para assistir ao segundo jogo da semifinal da Copa do Brasil daquele ano entre Atlético-MG e Flamengo, a ser realizado às 22h em Belo Horizonte, Minas Gerais. O jogo, naturalmente, era cercado de expectativas pelo seu caráter decisivo e pela relevância de um campeonato nacional. No jogo de ida, a equipe carioca obteve uma boa vantagem ao vencer por 2 a 0. O Atlético-MG, que jogava em casa, para se classificar precisava vencer por uma diferença de 3 gols. Esse fato deu um apelo maior ao jogo. Da parte da torcida rubro-negra, a confiança na classificação para final era grande. Da parte da torcida atleticana, a equipe vinha de uma classificação diante das mesmas circunstâncias adversas e acreditava na repetição da campanha.

Chegamos ao bar e ele estava vazio, apenas mais duas pessoas presentes e com o mesmo interesse em acompanhar a partida. Um jogo em meio de semana e com transmissão pela TV aberta pode ser a explicação para esse clima menos festivo no bar. Eram todos flamenguistas.

A partida se inicia com a adrenalina que se esperava, com a equipe mineira tomando a iniciativa do ataque. Essa pressão mineira mantinha apreensiva a pequena amostragem da torcida flamenguista que eu tinha. E assim foi até mais da metade do primeiro tempo. Até que o Flamengo em um contra-ataque marca um gol, aumentando a sua vantagem. Os presentes no bar explodem de alegria e em meio à empolgação, um dos meus amigos se manifesta: “Eles sempre tremem contra a gente!”. Certamente, ele lembrava dos jogos decisivos entre as duas equipes, especialmente na década de 1980, quando eram duas das equipes mais fortes do Brasil e chegaram a sucessivas decisões.

Não se passou muito tempo e o Atlético-MG logo empatou, voltando ao páreo. Apesar de frear a euforia, a confiança dos presentes não se abalou, talvez crentes no que fora dito antes: “Eles sempre tremem contra a gente!”. E logo chegou o final do primeiro tempo e aproveitei o momento. Perguntei ao meu amigo que fizera a exclamação destacada, quais eram os jogos que “eles tremeram” e entre outros, ele citou o que eu supunha, a semifinal da Copa União de 1987. Diante disso, perguntei aos dois o que achavam desse campeonato. Ambos têm menos de 30 anos, portanto, idade insuficiente para se recordarem. E resumiram-no ao debate sobre quem seria o legítimo campeão daquele campeonato, Flamengo ou Sport Clube do Recife, e consideram o seu time o campeão legítimo. Argui-os ainda sobre as

seguidas decisões na justiça em favor do Sport de Recife, reconhecendo-o como o campeão daquele campeonato. Deram de ombros e reafirmaram ser o Flamengo campeão daquele ano e, portanto, hexacampeão brasileiro.

Essa foi a minha primeira observação visando a pesquisa sobre a Copa União de 1987. O que motiva nessa descrição é a memória dos torcedores acerca de tal torneio. É inegável a relevância cultural e social do futebol para os brasileiros. A seleção brasileira é a maior vencedora do futebol mundial, com reconhecimento global. A cada quatro anos, grande parte dos brasileiros se unem em grande comoção em um sentimento de identidade e dever cívico para torcer pelo selecionado nacional na Copa do Mundo. Para muitos desses torcedores, a Copa é um marco de memória tão relevante quanto aspectos da vida pessoal. O mesmo pode ser observado com relação aos clubes e, talvez, até em maior proporção, haja vista o seu acompanhamento diário.

A Copa União de 87, compreendendo-a como um evento, surge com a atuação de dirigentes esportivos dos clubes de maiores torcidas do futebol brasileiro durante a década de 1980. O campeonato brasileiro, o qual trabalharemos aqui, e que reproduz representações do passado no presente, existiu dentro de um tempo determinado. Sua constituição se deu durante a realização do torneio entre setembro de 1987, início do módulo verde, e janeiro de 1988, data prevista para os confrontos entre as equipes vencedoras do módulo verde e módulo amarelo. Este intervalo de tempo trouxe os elementos que alimentaram o debate acerca do campeonato. Sobre esse passado se produz múltiplas versões, que produz representações sobre o futebol brasileiro. No entanto, a Copa União possui uma atualidade, um presente. E é sobre esse presente que fundo minha investigação, pesquisando que diálogos realiza com aquele evento. Quais representações e universos simbólicos se constroem quando reporta-se àquele passado. Apontar as sociabilidades, no presente, a partir desta identidade.

Para tanto, inicialmente, devemos elaborar um suporte teórico consistente. Surgem duas questões principais: Qual é o lugar do esporte na sociedade atual e como se constroem as memórias?

Aqui é necessário reportar a ideia de Elias & Dunning[7] sobre a qual as normas e regras próprias do campo esportivo revelam a existência de particularidades deste. Segundo os autores, o esporte é parte do tempo livre, opondo-se ao tempo do trabalho. O tempo do trabalho é caracterizado por um alto grau de normas formalizadas e a obrigação de segui-las, à medida que o tempo livre se caracteriza pela informalidade que pode possuir vários níveis. Há

---

[7] ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

o tempo livre formalizado, incluindo, por exemplo, necessidades biológicas, obrigações familiares, serviços domésticos ou burocráticos pessoais; um tempo livre intermediário como atividades religiosas passatempos ou trabalho voluntariado; e, finalmente, o lazer, onde se encontra o esporte. Este último nível é definido por seu alto grau de informalidade, pouco controle afetivo e inversão das regras da sociedade até o limite do permitido. Portanto, o esporte seria um espaço limite onde se brinca com as regras da sociedade que podem ser confirmadas ou modificadas. Ainda assim, é importante destacar que não é um espaço sem normas. A função do lazer é a recreação e a diversão.

Tal análise aproxima-se de Roberto DaMatta[8] no sentido que ambos destacam a importância da estrutura. Porém, enquanto Elias analisa a partir das configurações mais ou menos estáveis, envolvendo a dinâmica social e a modelação de comportamentos, para DaMatta os espetáculos esportivos promovem o abandono temporário de regras utilitárias que conformam essa ideologia burguesa, propondo a separação entre meio e fins, com o esporte sendo o seu próprio meio e seu fim. Então, enquanto para Elias o esporte ajuda a manter um equilíbrio entre as tensões – geralmente proibidas no dia a dia, pela crescente internalização de regras e pressões externas, para DaMatta o esporte representa um momento, uma síntese da vida cotidiana, problematizando-a.

Entretanto, será que o campo esportivo é de fato um espaço privilegiado, distinto de outros da sociedade, onde temos mais liberdade? Isto posto, então, num universo dominado pela "razão prática" e pelo utilitarismo para que serve o esporte? O esporte como atividade voltada para si mesmo, configura uma esfera de vida que nega o utilitarismo dominante e promove um efeito de pausa. Contudo, o esporte ainda está diretamente associado à sociedade que a forjou. A função do esporte no mundo moderno tem uma ligação íntima com dois aspectos fundamentais da vida burguesa. O primeiro é a disciplina das massas que o esporte ensina e reafirma, desde a obediência a uma regra única para todos, até quando exige que os espectadores cheguem aos estádios na hora marcada para iniciar a partida ou pagando pelos ingressos do espetáculo. O segundo é a ligação estrutural e estruturante com a ideia de *fair play* (jogo limpo), que conduz à vulgarização da vitória e da derrota, além de sua circunstancialidade. Com isso, o esporte afirma valores capitalistas básicos, como o individualismo e o igualitarismo, o que ajuda na socialização de uma justiça burguesa universalista. Entende-se, deste modo, que a rotinização da competição no campo do esporte atua como mediador no espaço o qual jocosidades que em um limite poderiam levar a

[8] DAMATTA, Roberto. "Esporte na Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro". In: DAMATTA, Roberto et alii. Universo do Futebol: esporte e sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982.

conflitos sociais sérios, tornam-se uma pacífica e higiênica disputa de interesses.

> O fato básico é que a esfera do esporte entroniza no mundo moderno formas legítimas de mediação de força e de comportamento conflitivo e agonístico que, embora tenham uma moldura moderna e empresarial, são capazes de despertar em circunstâncias especiais esses valores relativamente adormecidos e essenciais à renovação dos laços sociais e da própria sociabilidade.[9]

Portanto, não significa que o esporte estaria fora da sociedade, mas ao contrário, muito bem relacionado. Em um país como o Brasil, que somos coagidos ainda na nossa juventude a torcer por um clube de futebol, isso fica ainda mais latente. Ainda DaMatta aponta, que a escolha do time talvez seja o campo de uma primeira redefinição de identidade num nível mais amplo, fora das agências promovidas pela casa e pela família, anterior a uma consciência de classe ou de posição política. E o futebol, por ser uma vivência fluída, produz, além da vivência de um mundo mutável, uma experiência de sociedade capaz de proporcionar reversões significativas no plano das definições e classificações coletivas.

Entendemos até aqui a relação entre o esporte e a sociedade. O esporte não pode ser pensado como um fenômeno separado de outros campos da sociedade como economia, política ou justiça. É nítido que o esporte segue a lógica econômica em vigor, o que reforça a necessidade de clubes, transmissões televisivas e outros produtos esportivos serem financeiramente viáveis, o que ficará claro no contexto do surgimento do Clube dos 13. A realização da Copa União ocorreu dentro de um contexto político de mudanças no Brasil que não pode ser ignorado. E finalmente as federações esportivas, embora objetivem criar um corpo judiciário autônomo, estão sujeitos às leis em vigor de uma dada sociedade, gerando, inclusive, tensões as quais serão aqui analisadas. A presença do futebol no cotidiano brasileiro é inegável, seja em sua paisagem onde se destacam de estádios a campos improvisados, intervenções temáticas pelas cidades (com grande destaque em períodos de Copa do Mundo), seja pelos inúmeros espaços e redes de sociabilidade dedicados a ele. É comum entre os brasileiros, após as partidas, os comentários sobre ela, seja por redes sociais ou em conversas triviais ao longo de um dia, da mesma maneira como se fala sobre os últimos acontecimentos políticos ou sobre um episódio da novela.

Isso significa para a nossa pesquisa que é possível destrinchar diferentes sentidos através do futebol. Quando um dos entrevistados fala haver “muitos interesses”, ele está falando sobre economia e política; quando fala-se de tribunais, refere-se a justiça; quando

---

[9] DAMATTA, Roberto. “Esporte na Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro”. In: DAMATTA, Roberto et alii. Universo do Futebol: esporte e sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982.

trata-se do “jogo no campo”, fala-se do esporte. Isso dá a entender que as regras são muito bem definidas dentro dessas áreas. Embora, mesmo uma criança jogando uma “pelada” nas ruas pareça um gesto livre, ela está seguindo um código definido, tanto que ao observarmos a cena sabemos imediatamente tratar-se de futebol.

Agora precisamos analisar a lógica dos indivíduos dentro dessa sociedade. Para isso é interessante ficarmos a par de um debate presente nas ciências sociais, o qual dá conta da dicotomia indivíduo e sociedade. Essa relação entre sistema e indivíduo foi feito por Pierre Bourdieu por intermédio das concepções de habitus[10], campo e capitais[11]. O próprio Bourdieu aplicou sua teoria ao esporte[12][13]. Ao invés dos sistemas funcionais, o sociólogo faz referência a campos, rejeitando a ideia da distinção prática. Sendo assim, os produtos dos campos não necessariamente cumprem uma função na reprodução da sociedade, aliás, os campos não precisam ser limitados a uma determinada sociedade, como mostra o esporte, que é algo internacional. Um campo para Bourdieu são espaços onde agentes sociais travam lutas concorrenciais em função de interesses e conflitos específicos a área em questão, sem abandonar os aspectos políticos, econômicos e sociais mais amplos. Um campo limita-se, principalmente, pela definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos do próprio campo. Esses objetos e interesses são percebidos pelos agentes sociais diretamente envolvidos dentro do campo "É necessário que haja paradas em jogo e pessoas prontas a jogar esse jogo, dotadas de *habitus* que implica o conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, das paradas em jogo, etc."[14] Nesta disputa, os atores têm certos capitais, não só econômico, mas também social, simbólico e cultural, que podem ser transformados entre si. Esses capitais são usados para conseguir a predominância no campo.

A existência do *habitus* é, ao mesmo tempo, condição de existência de um determinado campo e produto de seu funcionamento dentro de uma estrutura específica.

> A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores. Esta estrutura, que está no princípio das estratégias destinadas a transformá-la, também está ela própria sempre em jogo: as lutas cujo lugar é o campo têm por parada em jogo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é

[10] BORDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EdUSP, 2008.
[11] BORDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.
[12] BORDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: BOURDIEU, Pierre: Coisas ditas. São Paulo, Brasiliense, 1990. p.207-220
[13] BORDIEU, Pierre. Como se pode ser desportista? In: Bourdieu, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
[14] Ibidem.

> característica do campo considerado, quer dizer, em última análise, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico.[15]

Ou seja, o habitus são as suas disposições e tendências de agir, que foram incorporadas em sua trajetória. Desse modo, é permitido ao indivíduo participar nos campos de disputa, sendo que a noção é mais ampla do que uma participação racional, normatizada ou funcional. O habitus inclui fundamentalmente questões como pertencimento a um grupo social e identidade, reconhecendo que o comportamento humano é altamente complexo. O habitus é influenciado pelo ambiente social e a educação dos pais do indivíduo. Dentro dessa relação de força, os agentes que monopolizam o capital específico tendem a estratégias que visem a manutenção da ordem estabelecida. Os agentes menos providos de capital, inversamente, tendem a estratégias de subversão e rompimento.

Segundo Bourdieu, esses atores estão equipados com capitais como dinheiro – capital econômico, uma rede social – capital social, conhecimento e certificados escolares – capital cultural e a capacidade de poder definir situações – capital simbólico[16]. Todos os agentes envolvidos no campo, possuem um certo número de interesses fundamentais em comum, como qual, a própria existência do campo e usam desses capitais. A luta entre esses antagonistas pressupõe um acordo sobre o que merece ser disputado e produz a crença no valor dessa disputa. Damo[17] elabora para o futebol a noção do capital afetivo, reconhecendo que o esporte é um campo onde as emoções têm uma importância destacada.

Dessa forma, Bourdieu reconhece que o campo do esporte é um espaço social com uma lógica específica, distinta de outros campos, mas que não possui um valor distinto de outros campos. Além disso, Bourdieu compreende os comportamentos individuais e ações provocadas por sentimentos de pertencimento a um grupo social através da noção de habitus. Finalmente, consegue dar conta de questões relacionadas à hierarquia através da noção da disputa nos campos. Uma disputa nunca terminada. Essa perspectiva, aliás, é outra vantagem das concepções de Bourdieu, pois as configurações da vida humana não são consideradas como estáticas, mas em constante transformação através das disputas nos campos.

O esporte não pode ser considerado um espaço/campo/sistema destacado da vida humana, mas um espaço/campo/sistema igual aos outros e, portanto, vale a pena ser pesquisado como qualquer outra faceta da vida humana. Entretanto, o esporte tem sua lógica

---

[15] BORDIEU, Pierre. Como se pode ser desportista? In: Bourdieu, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
[16] BORDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EdUSP, 2008.
[17] DAMO, Arlei Sander. *Do dom a profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França.* São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

própria que deve ser averiguada. Esta lógica pode variar de país para país, grupo social para grupo social e de época para época[18].

Assentamos, portanto, uma estrutura que só é possível por meio da análise dos diversos agentes sociais envolvidos, o que acaba por caracterizar uma estrutura dinâmica. A partir dessa perspectiva, vamos procurar apreender a multiplicidade das dimensões no campo esportivo profissional no Brasil, assumindo, em primeiro lugar, como alguns autores vêm argumentando, que o foco central da produção simbólica no futebol é a produção contínua de jogos como "situações rituais"[19].

Estudando o futebol e o esporte como um drama, pretendo analisar essas atividades como modos privilegiados através dos quais a sociedade se deixa perceber ou “ler” por seus membros. Neste sentido, sigo a reflexão de Clifford Geetz[20] também utilizada por DaMatta em estudos sobre o futebol, o carnaval e o jogo do bicho no Brasil, segundo a qual o rito (e o drama) seriam um determinado ângulo de onde uma dada população conta uma história de si mesma para si própria. O futebol praticado, vivido, discutido e teorizado seria um modo específico, entre tantos outros, pelo qual diferentes grupos sociais falam, apresentam-se, revelam-se, deixando-se, portanto, descobrir. Avaliar não só historicamente, mas sociologicamente a partir desse prisma original e interpretar um dado sistema social pelo futebol é um dos objetivos principais do trabalho.

Diante disso, cabe a questão: quais são os grupos sociais a serem revelados em nossa pesquisa? Em *Como se pode ser desportista?*, Bourdieu parte da hipótese de que há um conjunto de práticas e dos consumos esportivos oferecidos aos agentes sociais como uma oferta destinada a encontrar certa procura social. Isso leva a duas questões centrais, a saber:

> Primeiramente, existirá um espaço de produção dotado da sua lógica própria, da sua história própria, no interior do qual se engendram os "produtos esportivos", isto é, o universo das práticas e dos consumos esportivos disponíveis e socialmente aceitáveis em um determinado momento? Em segundo lugar, quais são as condições sociais de possibilidade de apropriação dos diferentes "produtos esportivos" assim produzidos, prática do golfe ou do esqui, leitura do jornal L'Équipe ou reportagem televisiva do Mundial de Futebol? Por outras palavras, como se produz a procura dos "produtos desportivos", como chega as pessoas o "gosto" do desporto e deste desporto em vez daquele, enquanto prática ou enquanto espetáculo? Mais precisamente, segundo que princípios os agentes escolhem entre as diferentes práticas ou consumos esportivos que lhes são oferecidos como possibilidade num momento dado do tempo como possíveis?[21]

---

[18] DAMATTA, Roberto. “Esporte na Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro”. In: DAMATTA, Roberto et alii. Universo do Futebol: esporte e sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982.
[19] Ibidem, p.16.
[20] GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
[21] BORDIEU, Pierre. Como se pode ser desportista? In: Bourdieu, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p.181-182.

A partir desses questionamentos, Bourdieu abre caminhos para seu referencial teórico e ainda traz uma nova indagação:

> Parece-me que deveríamos interrogar-nos para começar sobre as condições históricas e sociais de possibilidade deste fenômeno social que aceitamos demasiado facilmente como algo óbvio, o "desporto moderno". Quer dizer sobre as condições sociais que tornaram possível a constituição do sistema de instituições e de agentes direta ou indiretamente ligados à existência de práticas e de consumos esportivos, desde os "agrupamentos desportivos", públicos ou privados, que têm por função assegurar a representação e a defesa dos interesses dos praticantes de um desporto determinado ao mesmo tempo que elaborar e aplicar as normas que regem estas normas, até os produtores e vendedores de bens (equipamentos, instrumentos, vestimentas especiais, etc.) e de serviços necessários à prática do desporto (professores, instrutores, treinadores, médicos especialistas, jornalistas esportivos, etc.) e produtores e vendedores de espetáculos desportivos e de bens associados (malhas, fotos dos campeões ou loterias esportivas, por exemplo). Como se constituiu, progressivamente, este corpo de especialistas que vivem diretamente ou indiretamente do desporto (corpo do qual fazem parte os sociólogos e historiadores do desporto – o que não contribui sem dúvida para facilitar a emergência da questão)? E mais precisamente, quando foi que este sistema de agentes e de instituições começou a funcionar como um campo de concorrência onde se defrontam agentes com interesses específicos, ligados à posição que nele ocupam?[22]

Destarte, Bourdieu apresenta o *campo esportivo*, ou seja, um sistema de instituições e de agentes sociais ligados ao esporte. Para isso, o campo deve demonstrar sua autonomia:

> não se pode compreender diretamente os fenômenos esportivos num dado momento, num dado ambiente social, colocando-os em relação direta com as condições econômicas e sociais das sociedades correspondentes: a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica.[23]

Assim, o campo esportivo apresenta sua própria história e suas próprias significações ainda que se articule a um determinado contexto histórico. Como aponta Bourdieu, não podemos ignorar que os esportes são populares no sentido que se reveste este adjetivo sempre que é aplicado aos produtos culturais de produção de massa.

> Em suma, o desporto, que nasceu dos jogos realmente populares, quer dizer produzidos pelo povo, regressa ao povo à maneira da folk music, sob a fórmula de espetáculos produzidos para o povo. O desporto-espetáculo apareceria mais claramente como uma mercadoria de massa, e a organização de espetáculos desportivos como um ramo entre outros do show bussines, se o valor coletivamente reconhecido à prática dos desportos (sobretudo a partir do momento em que as competições desportivas se tornam uma das medidas de força relativa das nações, e

[22] Ibidem.
[23] Ibidem.

> portanto uma parada em jogo política) não contribuísse para mascarar o divórcio entre a prática e o consumo e, no mesmo lance, as funções do simples consumo passivo.[24]

Porém, devo discordar de Bourdieu quando trata o torcedor como um simples consumidor passivo. Como aponta Toledo sobre os significados de torcer: "O processo de incorporação do papel do torcedor no alargamento social dos sentidos do jogo esteve condicionado às várias maneiras de se conceber a participação das classes populares no enquadramento moral desse esporte"[25]. Enquanto Dunning, aponta ainda para uma necessidade crescente ainda nas escolas públicas das elites britânicas, berço do futebol tal qual concebemos hoje, de uma efetiva participação de outros atores que não os próprios jogadores, comprometendo desde aqueles responsáveis pela infraestrutura na viabilidade das partidas, até mesmo àqueles que se prestavam ao incentivo e elevação da tensão extracampo, como elemento crucial na fruição e ampliação da emoção por este esporte. Reconhecidamente aqui, falamos dos dirigentes e dos torcedores, respectivamente.

Em outros idiomas encontramos o adjetivo fã para designar os espectadores do futebol, enquanto no Brasil chamamos de torcedor. Essa mudança no termo traz uma mudança também no próprio entendimento sobre essa parte do jogo, dando uma ideia de ação. Torcedor é aquele que torce, contorce e contrai em movimentos e sentimentos de dor, raiva e emoção. É por meio do investimento de seu corpo que o torcedor integra-se ao jogo. O torcedor reage ao que acontece no campo e a sua expressão de alegria ou sofrimento se estende além das arquibancadas, pois é ele quem promove, divulga e amplifica os debates do jogo, tornando o capital afetivo um grande valor dentro do campo. Podemos dizer, portanto, que o papel do torcedor é de um espectador ativo, com suas funções fundamentais de assistir a partida de maneira integrada.

Mais uma vez em Bourdieu, é possível destacar a importância de outros agentes no campo esportivo. Sobre a evolução do esporte do amadorismo para o profissionalismo, salienta-se a importância do jornalismo esportivo:

> Basta pensar por exemplo em tudo o que implica o facto de um desporto como râguebi […] se ter tomado, por intermédio da televisão, um espetáculo de massa, difundido muito para além do círculo dos praticantes actuais ou passados, quer dizer junto de um público muito imperfeitamente provido da competência específica necessária para decifrar adequadamente: o "conhecedor" dispõe dos esquemas de

---

[24] BORDIEU, Pierre. Como se pode ser desportista? In: Bourdieu, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p.191

[25] TOLEDO, Luiz Henrique: A invenção do torcedor de futebol: disputas simbólicas pelos significados de torcer. In: DACOSTA, Márcia Regina: Futebol espetáculo do século. São Paulo: Musa, 1999. p. 146

> percepção e de apreciação que lhe permitem ver o que o profano não vê, aperceber-se de uma necessidade onde o beócio só vê violência e confusão, e por conseguinte, descobrir na prontidão de um gesto, na imprevisível necessidade de uma combinação bem sucedida ou na orquestração quase miraculosa de um movimento de conjunto, de um prazer que não é menos intenso nem menos erudito que aquele que proporciona a um melómano uma execução particularmente bem sucedida de uma obra familiar. […] Por outras palavras, tudo parece indicar que em matéria de desporto como em matéria de música, a extensão do público para além do círculo dos amadores contribui para reforçar o reino dos puros profissionais.[26]

Por fim,

> Mais que os encorajamentos que dá ao chauvinismo e ao sexismo, é, sem dúvida alguma, através do corte que estabelece entre os profissionais, virtuosos de uma técnica esotérica e os profanos, reduzidos ao papel de simples consumidores, e que tende a tornar-se uma estrutura profunda da consciência coletiva, que o desporto exerce, sem dúvida, os seus efeitos políticos mais decisivos: não é apenas no domínio do desporto que os homens comuns são reduzidos ao papel de fãs, limites caricaturais de militantes, votados à uma participação imaginária que não é mais do que compensação ilusória do desapossamento em benefício dos entendidos.[27]

Diante dessa distinção entre profissionais e amadores, ou especialistas e torcedores, mostra-se oportuno uma análise sobre a mídia esportiva. Para além do seu papel legitimador, a condição de plausível receptor das informações avulsas do cotidiano contemporâneo fazem da mídia esportiva um apoio valioso para uma revisão detalhada dos grandes acontecimentos do campo esportivo.

O papel dos dirigentes também são de suma importância para a realização do espetáculo, tal qual conhecemos. São os dirigentes que viabilizam a infraestrutura do jogo. E em poucos momentos do futebol brasileiro os dirigentes tomaram tamanho protagonismo como na década de 1980, com a Copa União sendo a culminância dessa atuação, que buscava se afastar da confusa rotina dos Campeonatos Brasileiros da época. A Copa União surge como um torneio de valor, não apenas pela lógica econômica, mas sobretudo pelo seu valor simbólico:

> Torneios de valor são complexos eventos periódicos que, de alguma forma culturalmente definida, se afastam das rotinas da vida econômica. A participação nestes eventos tende a ser simultaneamente um privilégio daqueles que estão no poder e um instrumento de disputa de status entre eles. A moeda corrente destes torneios também tende a ser distinguida por meio de diacríticos culturais muito bem compreendidos. Finalmente, o que está em pauta nestes torneios não é apenas o status, a posição, a fama ou a reputação dos atores, mas a disposição dos principais emblemas de valor da sociedade em questão. Enfim, embora tais torneios de valor ocorram em épocas e lugares especiais, suas formas e resultados sempre trazem

---

[26] BORDIEU, Pierre. Como se pode ser desportista? In: Bourdieu, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p.192

[27] Ibidem

consequências para as mais mundanas realidades de poder e valor na vida comum.[28]

A Copa União, como experiência inédita e única, foi um evento fora da rotina da vida econômica. Dirigentes da nova – Clube dos 13 – e velha – CBF – estrutura de poder, e outros interessados – patrocinadores, jornalistas, redes de televisão – se mostraram bastante empenhados em destacar a sua participação no evento. Além de questões econômicas e esportivas, estão em disputa também ideais de modernidade, progresso e democracia.

Deste modo, compreende-se que o campo esportivo é simultaneamente totalizado e recortado através de três agentes: profissionais, especialistas e torcedores, classificados a partir das diferentes formas de atuação e participação no jogo. Os profissionais são todos aqueles que interferem diretamente nos jogos (jogadores, técnicos, dirigentes, juízes, preparadores físicos, médicos etc.). Os especialistas ou cronistas esportivos são os profissionais da mídia (comentaristas, locutores, repórteres), intérpretes dos jogos e, por definição, mediadores entre o evento ritual e os torcedores. A categoria torcedores procura abranger todos os que, mediados pela emoção, partilham o universo do futebol.

Definidos os agentes de nossa análise, é razoável supor que estaremos diante de múltiplas memórias sobre o nosso evento. Ao continuar com minhas observações, pareceu-me claro que a construção da memória da Copa União está em permanente disputa. Procurei mais uma vez pessoas próximas para fazer meu trabalho de campo, mas dessa vez as comuniquei previamente sobre o que se tratava e em ambientes mais tranquilos, pude me aprofundar com outras questões que permeiam a pesquisa.

Procurei dessa vez mais um amigo flamenguista e um botafoguense a fim de constatar a hipótese. Fiz as mesmas perguntas, mas conversei separadamente com eles, em momentos distintos. Primeiro, em ambos os casos, repeti a pergunta sobre a Copa União e o flamenguista respondeu: “Como eu nasci em 1988, meu conhecimento da Copa União se deu por conta da polêmica Flamengo X Sport. Na escola sempre rolava o debate quando o assunto era 'quantas vezes seu time já foi campeão brasileiro?'”. O botafoguense também lembrou da polêmica sobre o título e o definiu como “Um campeonato que foi elaborado de maneira muito confusa.” E sobre a decisão da justiça, o primeiro: “Desconsidero. Para mim, o Flamengo ainda é hexacampeão brasileiro.”[29], enquanto o segundo: “O Sport, mesmo não tendo enfrentado os principais times do Brasil na época é o campeão por direito da competição, já

[28] APPADURAI, A. *A vida social das coisas*: as mercadorias sob perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008. p. 36-37

[29] O Clube de Regatas Flamengo considera-se seis vezes campeão brasileiro: 1980, 1982, 1983, 1987, 1992 e 2009. Enquanto a Confederação Brasileira de Futebol o considera cinco vezes campeão, reconhecendo o Sport Club do Recife como legítimo campeão de 1987.

que o Flamengo se recusou a disputar os jogos finais previstos. O Sport foi o representante do Brasil na Libertadores em 1988!".

Nesse momento do campo surge uma importante questão: como surgiu o debate sobre quem é o "verdadeiro" campeão do torneio?

Diante dessa composição, é interessante a reflexão sobre a memória e as suas mudanças ao longo do tempo. A partir de Sahlins[30], é praticável abordar a relação entre estrutura e evento. Não se analisa apenas o fato acontecido, mas sim a maneira como ele aconteceu. Sendo assim, a estrutura se sobrepõe à história, tornando-se a chave metodológica para interpretar a própria história. A partir da compreensão dessa estrutura poderemos analisar como o uso do passado histórico é reproduzido no presente.

A Copa União nas primeiras observações apresentou como debate principal a disputa sobre quem seria seu legítimo campeão. Esse debate acaba gerando vultos e revisões no presente junto aos diferentes atores envolvidos no campo. Isso significa dizer que em um primeiro momento o evento é apreendido por olhares do presente, já que é o campo de disputa enquanto referencial simbólico compartilhado que lhe dá inteligibilidade. Essa disputa deve ser usada como uma lente a olhar para este evento e a forma de agir, como algo estruturante. Contudo, de maneira geral, no desenrolar dos acontecimentos, ao interpretar o passado, os homens repensam suas posições, submetendo-as a práticas cotidianas, a fim de dar conta da relatividade do evento, já que o próprio evento é uma interpretação de um dado acontecimento e as interpretações inevitavelmente variam. Desse modo, o sentido original das memórias é remodelado pela introdução de novos significados, de novos símbolos, acarretando alterações na maneira de pensar e agir dos grupos envolvidos.

Está claro que ao olhar-se para trás, através da narrativa histórica, isso acontece dentro de uma lógica de uma disputa interna no campo o qual está inserida disputa. Em contrapartida, a disputa vivida, revivida e ressignificada pelos grupos envolvidos está impregnada de história. Aos acontecimentos que iluminamos no tempo passado damos o nome de evento. Esse evento, através do tempo, ganha um novo significado pelas diferentes disputas, inerentes à própria dinâmica do campo e pelas relações sociais das interações humanas, alterando as estruturas de percepções de tempo e espaço do tempo presente. A Copa União de 1987 era o campeonato nacional de futebol daquele ano. As narrativas sobre a Copa União, nasceu de uma sequência de eventos históricos que concorreram para sua elaboração (especialmente as brigas na justiça, divisão do título, taça de bolinhas etc.). E as

[30] SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

representações criadas no presente, a partir desta história, dão conta de estruturar, num tempo e espaço atuais, as relações das pessoas com este fato histórico, ou seja, as memórias surgidas através desse desenrolar de eventos dão conta de estruturar, num tempo e espaço atuais, as relações dos torcedores com esse torneio.

A mensagem principal que é passada pelas narrativas sobre a Copa União de 1987 é que ainda há uma disputa em jogo, mesmo que o torneio tenha se encerrado há quase 30 anos. Seguindo as orientações de Sahlins, podemos afirmar que esse debate surgiu de acordo com a estrutura da época. Como um dos entrevistados anuncia em sua fala, foi um torneio confuso e desorganizado, da mesma forma que todo o futebol brasileiro profissional da década de 1980. Vamos buscar desfazer essa confusão.

Nesse contexto, a Copa União de 1987 surge como um torneio único até então. Tal torneio fora organizado pelos clubes de maior torcida do país que buscavam gerir uma elite do futebol brasileira de forma autônoma, vendo como oportunidade a renúncia da entidade reguladora do futebol brasileiro à organização do maior campeonato entre clubes nacionais naquele ano. Partindo dessa hipótese, o protagonismo dos clubes na organização do campeonato nacional, gerou tensões que deu início as divergências dentro do campo e, consequentemente, o mito. O campeonato brasileiro é realizado desde 1971[31] e essa é a edição de maior polêmica, o que o torna um torneio de valor, fixando na memória dos torcedores. Em consequência disso, torna-se fundamental nos aprofundarmos no debate sobre a memória, no qual Jan Assman define o conceito de memória cultural. Da mesma forma que todo indivíduo, toda sociedade forma imagens de si mesma, que partem da simples conservação de fatos para logo serem inconscientemente trabalhadas e reconstruídas. Tal processo gera uma memória que é mais cultural que neurológica. A memória cultural é o que denota sentido aos outros aspectos da memória externa, quando a reprodução se torna uma constante, os objetos deixam de ser apenas adjetivos e tornam-se símbolos e representações, quando a linguagem ultrapassa a função de transmitir experiências. Nesse momento surge a memória cultural, que lhes atribuiu significado[32]

Isto posto, pode-se afirmar que entre os brasileiros existem memórias grupais formadas a partir do futebol. E de acordo com o sociólogo francês Maurice Halbwaches[33], mesmo a memória individual é social, pois está associada a várias memórias grupais (família,

---

[31] De 1959 a 1970 foi realizada a Taça Brasil. O torneio reunia os campeões estaduais do ano, porém sem contar com representantes de todos os estados e regiões do país. Tal torneio fora reconhecido como campeonato brasileiro pela CBF apenas em 2010, em outra questão polêmica.
[32] ASSMAN *apud* COUTO, 2014
[33] HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

escola, amigos, cidade, país, clubes de futebol). Ou seja, um fenômeno construído coletivamente e sujeito a inferências do presente e, em um movimento anterior, as constantes transformações e mudanças de dada sociedade.

Dessa forma, podemos dizer que a memória que estabelece a comunidade. Aqui, o argumento principal tratado por Halbwachs é de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, em vista que todas as lembranças são constituídas dentro de um campo. Em nosso trabalho, a origem das imagens sobre a Copa União, os sentimentos dos torcedores e as conclusões sobre o torneio são, na verdade, inspiradas dentro do campo esportivo.

Ainda assim, não se pode negar a existência de uma consciência individual. Segundo Halbwachs: "Haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que – para distingui-lo das percepções onde elementos do pensamento social – admitiremos que se chama intuição sensível."[34]. Esse espaço de conflitos e influências entre uns e outros que garante a coesão do grupo. A memória individual, construída a partir de referências e lembranças do próprio grupo, refere-se, portanto, a um ponto de vista a partir de uma memória coletiva. Sendo, ainda, o indivíduo reconhecido por sua atuação dentro do campo. E ainda partindo desse pressuposto, trata-se de um fenômeno submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Já Portelli[35] trata da memória coletiva como uma rede de solidariedade entre agentes. Por outro lado, ela também é moldada de acordo com diferentes interesses. Pensando na memória coletiva como algo influenciado por ideologias e construído por uma rede de solidariedades, esse autor ainda escreve:

> Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é bem assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernas, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. (...) a memória é social e pode ser compartilhada (...); mas ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. (...) Quando compreendemos que "memória coletiva" nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea (...), mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições. [36]

---

[34] HALBWACHS, 2004. P.41

[35] PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum.* In: Usos e abusos da história oral. Org: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

[36] PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum.* In: Usos e abusos da história oral. Org: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 127

Esclarece-se aqui que um relato não representa o todo de uma memória coletiva. Essa memória também se alimenta de lembranças externas e a partir delas influencia na criação de representações acerca de experiências do passado. Nesse sentido, ele apresenta a memória como algo social que pode ser compartilhado dentro e fora de um determinado grupo, mas que apenas pode ser repassada individualmente. A memória coletiva é influenciada assim, por fatores sociais e políticos.

Isso valida a nossa pesquisa ao compreender a grande relevância dos relatos dos diferentes grupos por nós escolhidos, no lugar de tomarmos como verdade a história oficial das instituições, CBF e Clube dos 13, que embora não sejam inválidas, não dão conta da complexidade do mito. Ao destacarmos essa característica mutante, flutuável, da memória, tanto da individual quanto da coletiva, devemos estar cientes também que na maioria das memórias existem marcos invariantes, no qual o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças, fazendo parte de sua essência. Em certo sentido, determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte do próprio grupo.

Dessa fluidez causada pelas disputas internas no campo e da memória que devemos partir para uma análise que nos permita compreender múltiplas memórias sobre o mesmo evento. Ainda em Portelli, é apontada a existência de diferenças entre a “história oficial” e a história dos sobreviventes sobre o massacre ocorrido a um povoado italiano durante a segunda guerra. Ao ouvirmos os torcedores do Flamengo devemos ter em mente que trata-se apenas de uma das versões da história do torneio. Certamente, os torcedores do Sport Recife possuem uma outra versão da história. Há ainda a história que os próprios clubes contam, além de outras instituições, como Clube dos 13 e CBF. Estamos aqui diante de uma memória dividida. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, que ainda não se resumem a esses grupos, e todas, de uma forma ou de outra, ideológica e socialmente mediadas. Na definição que Jacques Le Goff (2003: 419) dá à memória, ela é um fenômeno individual e psicológico, porém que também está ligado à vida social, sendo em ambos os casos uma apropriação do tempo pelo agente que narra suas vivências.

A memória também é influenciada de acordo com o período no qual o relato é colhido. Nesse sentido, temos que ter em mente que os relatos estão relacionados a determinadas escolhas pessoais ou coletivas, ou seja, o indivíduo ou um determinado grupo que narra uma experiência específica de uma maneira em um momento de alegria e de outra em um período de exaltação. O debate sobre a Copa União durante muitos anos ocorreu de forma amena.

Certamente, os depoimentos de 15 anos atrás difeririam dos atuais. A memória aqui, não pode ser confundida com seus vetores e referências, da mesma forma que não há como considerar que sua substância é redutível a um pacote de recordações, já previsto e acabado. Ao inverso ela é um processo permanente de construção e reconstrução. O enorme esforço que os agentes aqui envolvidos tem em fixá-la e assegurar-lhe estabilidade é por si, indício de seu caráter fluido e mutável.

Observando isto, podemos levar em conta um cuidado com o fato de que a memória está sempre sendo reelaborada com o passar do tempo. Ainda pensando nisso, um relato está embebido de traços do momento em que foi feito, ou seja, acaba por responder aos interesses do período de sua produção. "Na verdade, o luto, como a memória, não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado ("elaborado") no tempo histórico."[37] Assim como para Sahlins, fica clara a influência dos interesses então presentes nas disputas a qual está envolvida o narrador de suas lembranças acerca de um determinado evento.

Contudo, ainda em Portelli, ao lidarmos com um tema de grande envolvimento e comoção entre os entrevistados – salvo as devidas proporções entre os fatos aqui assinalados – cabe a nós pesquisadores mantermos o devido afastamento e analisarmos criticamente todos os documentos e narrativas. No nosso caso então, não nos interessa a validade ou a legalidade dos argumentos apresentados pelos torcedores, pois o que mais interessa são as representações dos atores envolvidos, mais do que supostas verdades dos fatos ou na tendência dos valores.

A partir daí, far-se-á essencial a contextualização do nosso evento. Recuaremos ao início da intervenção militar no esporte brasileiro em 1969, até chegarmos em 1987. Essa questão trata da análise das mudanças no futebol brasileiro ocorridas entre os anos de 1979 e 1987. Tal recorte cronológico proposto se deu por observamos nas falas analisadas uma vontade de autonomia dos clubes de maiores torcidas, fruto da sua insatisfação com a forte centralidade exercida pelo comando do futebol brasileiro, intensificada a partir de medidas adotadas pela União durante o regime civil-militar. A pesquisa baseia-se na hipótese de que essa reação dos clubes está inserida num contexto de proposta de um projeto de modernização das instituições brasileiras, que não foi posto em prática no campo político e tampouco no campo esportivo, mas gerou tensões ainda presentes em nossa sociedade.

Pergunto aos mesmos entrevistados da questão anterior sobre o Clube dos Treze que é

---

[37] PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum.* In: Usos e abusos da história oral. Org: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 109

reconhecido aqui, por ambos, como um grupo formado pelos clubes para ter uma certa representatividade frente a CBF. E, por fim, pergunto se notam alguma relação desses episódios com a política do período. Apesar de reconhecerem a influência política em diversos setores da sociedade, não conseguem ver de maneira clara como isso ocorre nesse caso.

As suas falas evidenciam o contexto o qual apontamos, de luta dos clubes por autonomia junto a CBF. Embora os campos se articulem, para os torcedores não está clara essa interseção, o que nos faz questionar mais uma vez como surgiu essa memória. Não será simples, tendo em vista que se trata de um período conturbado da história brasileira e ainda em constante mudança. A pretensa modernização futebolística manteve as estruturas de poder dos clubes e de federações e foi levada a cabo sem desarticular o poder dos velhos ou de novos dirigentes que ainda comandavam suas agremiações à moda antiga. Mais uma vez o futebol nos permite dramatizar o país. DaMatta fala sobre a chegada e a popularização do futebol no Brasil, mas cabe perfeitamente em nosso recorte:

> "Foi certamente essa humilde atitude, esse jogo inventado para divertir e disciplinar que, no Brasil, transformou-se (sem querer ou saber) no primeiro e provavelmente no seu mais contundente professor de democracia e igualdade. Não foi então, através da escola, do jornal, da literatura ou do Parlamento e de algum partido político que o povo começou a aprender a praticar a igualdade e a respeitar as leis, mas assistindo a jogos de futebol […] foi esse vislumbre de igualdade como valor e escolha, contido no velho e bretão football association, um dos traços que contribuíram para a sua popularização, tornando-o uma mania e um acontecimento festejado e amado pelo povo."[38]

Se o futebol é o espelho da democracia brasileira, parece até aqui o caminho certo relacionar o contexto político brasileiro a Copa União.

Até aqui, as fontes revelam uma forte memória vivida ou por tabela[39], dos torcedores de futebol brasileiro sobre a Copa União de 1987 gerada por uma disputa dentro do campo esportivo. As suas falas evidenciam a construção de uma memória ao longo do tempo, colaborando para o surgimento do mito do campeonato brasileiro de 87. Essa fluidez na memória do evento ocorre devido às influências das estruturas do período, além da direta relação do campo esportivo com aspetos econômicos, políticos e sociais brasileiros.

Portanto, o trabalho parte da ideia central de que há entre Flamengo e Sport, uma disputa simbólica pela memória da Copa União de 1987 em busca do reconhecimento como

---

[38] DAMATTA, Roberto. "Esporte na Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro". In: DAMATTA, Roberto et alii. Universo do Futebol: esporte e sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982. p. 142

[39] POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio.* Estudos Históricos, V. 2." 1989.

legítimo campeão desse torneio, o que aumentaria o seu capital simbólico. Os envolvidos nessa disputa vão além da classe dirigente, com a torcida de ambos os clubes e da mídia esportiva tendo participação fundamental na disputa. Todos têm um comportamento consciente que direciona suas ações e nem sempre o resultado é compatível com as intenções. Sendo assim, faz-se necessário ir além de observar as construções de suas memórias, o comportamento dos grupos envolvidos, mas também investigar a respeito de suas intenções.

2 O FUTEBOL COMO ORGANISMO DE CONTROLE DO ESTADO

Ganhar ou perder mas sempre com democracia

A frase destacada acima, ficou famosa no Brasil ao representar o movimento conhecido como Democracia Corinthiana. Esses dizeres estavam estampados em uma faixa trazida a campo pelos jogadores do S.C. Corinthians Paulista, antes da final do campeonato paulista de 1983, contra o São Paulo F.C. Esse movimento caracterizou-se pela efetiva participação dos jogadores do Corinthians nas decisões do departamento de futebol do clube. De 1981 a 1985, todos os assuntos relacionados ao elenco, desde a concentração, contratações e sistema de jogo, eram definidos por voto. Todas estas ações, que já chamariam atenção atualmente, ocorriam dentro de um novo momento social no país, que se caracterizava pela reabertura política. Tal movimento – na direção de uma reivindicação de uma maior participação política de novos atores – não foi o único no campo esportivo, o que nos permite analisar de forma melhor aprofundada o seu contexto.

A partir do historiador Hilário Franco Júnior entendemos o futebol como síntese da História. As conexões existentes entre futebol e sociedade significa o reconhecimento que não é possível entender esse esporte sem historicizar,

> "pois se toda história é social, conforme a conhecida lição de Lucien Febvre, a do futebol também é. Daí porque David Goldblatt acertou ao observar que 'nenhuma história do mundo moderno é completa sem levar em conta o futebol', embora devamos avançar ainda mais e afirmar que nenhum relato sobre futebol é completo sem a história, mundial ou nacional ao menos local"[40]

Sobre o futebol e a sociedade brasileira, para Franco Júnior a relação da população com o futebol revela que

> no fundo projetamos nossas aspirações coletivas mais nos campos de futebol do que nos campos sociais. Como o nacionalismo brasileiro sempre calçou chuteiras, a hesitação entre o improviso e o planejamento é mais do que uma simples característica do futebol nacional. Ela reflete a feição instável das relações entre os cidadãos e o Estado, relações que transitam com facilidade de um lado para o outro das frágeis fronteiras que delimitam o espaço privado e o espaço público de nosso

[40] Futebol objeto das ciências humanas/ organização Flavio de Campos e Daniela Alfonsi. – 1. ed. – São Paulo: Leya, 2014. p.367

país.[41]

Essa visão, ecoa das reflexões de Roberto DaMatta sobre o futebol no Brasil:

> Estudando o futebol e o esporte como drama, pretendo analisar essas atividades como modos privilegiados através dos quais a sociedade se deixa perceber ou "ler" por seus membros. [...] O futebol praticado, vivido, discutido e teorizado no Brasil seria um modo específico, entre tantos outros, pelo qual a sociedade brasileira fala, apresenta-se, revela-se, deixando-se, portanto, descobrir.[42]

Dessa forma, entendemos o futebol como importante elemento nacional, a partir do qual é possível se discutir e analisar aspectos centrais da sociedade brasileira contemporânea. Um desses aspectos centrais é o regime civil-militar brasileiro (1964-1985), parte dos eventos que entendemos pressionar nós historiadores a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação. Portanto, cabe analisar em um primeiro momento o destacado papel desempenhado pelo governo nesse período, que ao centralizar a gestão do esporte nacional utilizou o futebol como elemento de negociação política, evidenciado o campo esportivo como espaço simbólico de disputa.

2.1 **Aonde a Arena vai mal, um time no Nacional**

O historiador Euclides de Freitas Couto descarta a tradição historiográfica brasileira que relaciona de maneira direta o futebol ao sistema de propaganda de massa efetivado pelo governo. Para Couto, essa visão, construída na academia e disseminada pelo senso comum, é remanescente do discurso difundido pelos grupos radicais de esquerda durante as décadas de 1960-1970. Tais grupos acreditavam que todos os instrumentos utilizados pela propaganda dos militares eram, em potencial, fatores de alienação e desmobilização política das massas. Tal ideia levou a inibição da possibilidade de análise a partir do povo. Com isso, a produção dedicada ao futebol do período desprezou o campo futebolístico como uma esfera significativa para a compreensão das disputas políticas no decorrer desse período.[43]

---

[41] FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.130

[42] DAMATTA, Roberto. "Esporte na Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro". In: DAMATTA, Roberto et alii. Universo do Futebol: esporte e sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982. p. 21.

[43] COUTO, Euclides de Freitas. Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978).

O regime civil-militar implementado no Brasil a partir de 1964 foi anunciado como uma “Revolução Democrática” pelos militares, sendo desde a sua origem um norteador de sua política interna a busca pela institucionalização do regime. Foram mantidas as atividades partidárias e as eleições diretas para o poder legislativo, bem como de prefeito – excetuando-se as capitais dos estados e os municípios classificados como áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais. Esse aspecto mantinha uma aparência democrática do regime.

Assim, era necessária a manutenção das instituições políticas para conferir o caráter de legalidade do regime e conquistar o apoio de grande parte da sociedade. No Brasil, “o regime procurava estabelecer uma legalidade imposta de acordo com as circunstâncias do momento”[44].

Era uma estratégia que poderia se voltar contra o governo, por isso uma “legalidade de acordo com as circunstâncias”. As eleições de 1965 foi um exemplo determinante de como agiu o regime dali em diante. O resultado das urnas desagradou setores militares em virtude da vitória de políticos ainda populares por suas trajetórias anteriores ao golpe e de orientação nacional – trabalhista, justamente contra os quais lutava o regime, ainda que a justificativa para o golpe tenha sido a ameaça comunista. Diante do resultado adverso o presidente Marechal Castelo Branco decreta o Ato Institucional número dois (AI-2)[45] extinguindo os partidos existentes, tendo posteriormente, menos de um mês depois, o Ato Complementar número quatro que dispunha sobre a criação de novas organizações com atribuições de partido para as eleições de 1966[46]. Dentro da proposta de aparência de legalidade, fora descartada a ideia do partido único e dessa forma foi criado o bipartidarismo brasileiro, resultando na criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que reuniu os parlamentares apoiadores do regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que formou a oposição tutelado do governo, reunindo os parlamentares que ainda não haviam sido cassados pelo Ato Institucional número um (AI-1)[47] e discordantes dos rumos tomados pelos militares[48].

Niterói: Editora da UFF, 2014. p.143

[44] Soares, Samuel Alves. “Controles e autonomia – As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974 – 1999). São Paulo: Editora Unesp, 2006.

[45] Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspende garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais> Acesso em 02/02/2016.

[46] Ato Complementar nº 4, de 20.11.1965, publicado no Diário Oficial da União de 22.11.1965

[47] Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e

A associação ao futebol, portanto, explica-se nos regimes autoritários, caracterizados pelo excessivo centralismo, assentado no interesse pelo controle das ações sociais em diversos segmentos do Estado e da sociedade civil. Naturalmente, o campo esportivo – em especial o futebol – desperta grande interesse pelo tamanho potencial de mobilização em seu entorno e pelo alto grau de participação e entusiasmo provocado nas massas. Atento a isso, o Estado atua de maneira direta em assuntos aparentemente distantes da esfera exclusiva de ação governativa. As principais estratégias adotadas pelo governo através da intervenção direta foram a progressiva ampliação das competições nacionais e o controle dos cargos administrativos das entidades esportivas a militares e membros da ARENA.

A interferência governamental durante o regime civil-militar brasileiro teve início a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº1, de 17 de outubro de 1969[49], que tornou competência da União legislar sobre as normas relativas ao desporto. Após realizar o Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, o governo do Marechal Costa e Silva institucionalizou a Política Nacional de Educação Física e Desportos com a criação do Departamento de Educação Física e Desporto (DED), órgão veiculado ao Ministério da Educação e Cultura que passou a centralizar as ações do setor. No novo modelo tecnocrático e centralista, os militares passaram a controlar diretamente as ações políticas e administrativas no esporte, incorporando-o à lógica das relações políticas vigentes.[50]

Aqui, Couto aponta para um duplo papel na ênfase no esporte de alto rendimento prevista pela nova política: além de instrumento propagandístico da nação e do regime internacionalmente, o alto investimento na infraestrutura esportiva do país daria continuidade à lógica clientelística de redistribuição de recursos, prática que contribuiu extraordinariamente para a manutenção do poder pelo regime militar. Nessa mesma lógica, os cargos de chefia do Conselho Nacional do Desporto (CND)[51] e da Confederação Brasileira de Desportos (CBD)[52], entidades anteriormente influenciadas pelas ações clientelísticas das federações passaram a ser ocupados pelo oficialato.

---

cassar mandatos legislativos, excluída a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências. <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais> Acesso em 02/02/2016.

[48] SCHIMIT, Rogério. “Partidos políticos no Brasil (1945 – 2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

[49] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm

[50] Ibidem

[51] Órgão administrativo voltado para os esportes criado pelo Decreto-Lei n. 3.199.41, durante o Estado Novo. A Lei 6251/1975 firmava o CND como a última instância no esporte brasileiro. As federações não tinham autonomia para dar a última palavra em questões jurídicas sem o aval do CND. O órgão foi responsável pela regulação e regulamentação de todos os esportes e suas respectivas federações e confederações no Brasil.

[52] Entidade brasileira responsável pela organização de todo esporte no país até o ano de 1979.

Nesse momento, o regime civil-militar atua de forma fundamental para o início do campeonato brasileiro de futebol de clubes. Mais do que uma grande competição do principal esporte do país, o campeonato ao integrar todas as regiões do território, torna-se um dos elementos de integração nacional, o que no campo esportivo significa o meio mais legítimo de se estabelecer uma entidade nacional para gerir o esporte. Dentro do campo, torna-se mais uma estratégia que visa a manutenção da ordem estabelecida.

A política de bastidores envolvida na elaboração do novo torneio apresenta alguns elementos-chaves. O primeiro deles é o desejo de João Havelange de candidatar-se à presidência da FIFA, declarado já naquele momento. Havelange, que já contava com os votos das confederações sul-americanas, não poderia enfrentar problemas políticos dentro de seu próprio país, especialmente com o governo central. Também não poderia desagradar a elementos como os presidentes das federações estaduais. O coronel José Guilherme, o general Oldenor Maia e Rubem Maia, presidentes das federações mineira, cearense e pernambucana, respectivamente, tiveram seus pedidos atendidos: desejavam fortalecer seu capital político com a criação do Campeonato Nacional. Além disso, os campeonatos regionais controlados pelas federações seriam prioritários no calendário, com suas datas até agosto, deixando o Nacional com pouco mais de três meses de duração.

Em sua primeira edição o Campeonato Brasileiro possuía 20 clubes. Sendo quatro times do Nordeste, treze do Sudeste e três do Sul, excluindo totalmente as regiões Centro-Oeste e Norte. Esses números deixaram muitos insatisfeitos, em que pese o tamanho do país, dentre estes, importantes políticos. Paralelamente, criou-se um campeonato composto por aqueles que foram desprezados pela CBD. O certame chamado de Torneio da Integração Nacional[53] contava com dezesseis clubes de onze estados, sendo quatro deles ausentes no campeonato brasileiro, e com todas as regiões representadas. Com o apoio do governador Leonino di Ramos Caiado da Arena, o estado de Goiás, ausente na edição inaugural do Campeonato Brasileiro, liderou o movimento e sediou a disputa. Seis clubes goianos entraram no certame, com o título indo para o Atlético Clube Goianiense[54].

O Torneio de Integração Nacional expunha justamente que a principal liga do país não era totalmente integradora, que havia estados excluídos da elite do futebol nacional. Para corroborar o discurso do governo, o Campeonato Brasileiro de 1972 ganhou mais seis times, com a inclusão de cinco estados (Alagoas, Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte e Sergipe) –

[53] Revista Placar, 25/06/1971
[54] <http://www.rsssf.com/tablesb/braz-integrnac71.html> Acesso em julho/2016.

sendo dois da região Norte, que ainda não tinha equipes. Com os anos, o número de equipes e de unidades da federação participantes foi aumentando. Os 20 clubes pertencentes a 8 estados, da primeira edição em 1971, transformaram-se em 26 equipes de 13 estados, no ano seguinte, e saltou para 42 times de 21 estados em 1975.[55] Nacionalizava-se territorialmente o campeonato nacional, com participantes de todas as regiões do país. Foi o primeiro passo no processo de integração promovido pelo governo Médici, através do Campeonato Brasileiro. Enquanto isso, vários outros estados passaram a ser contemplados. Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Piauí e Santa Catarina ganharam equipes já em 1973. Por fim, a Paraíba completou a lista em 1975 – em 1979, com a criação do Mato Grosso do Sul, 21 dos 22 estados passaram a contar com representantes. O Acre ficou de fora porque se profissionalizou apenas em 1989.

De 1974 a 1979, foi manifesto o aumento vertiginoso do número de participantes na competição: 40 (1974), 42 (1975), 54 (1976), 62 (1977), 74 (1978) e 94 (1979).[56] O campeonato brasileiro de 1979 foi marcante com seus 94 participantes na divisão principal. Esse inchaço foi provocado especialmente por fins políticos. Nas eleições parlamentares de 1974, em meio ao processo de abertura política iniciado por Geisel, o partido de oposição MDB conquistou uma grande vitória nas urnas, dobrando sua representação na Câmara dos Deputados – com 37,8% das cadeiras – e conquistando 16 das 22 cadeiras do senado em disputa. No ano seguinte, assume o Almirante Heleno Nunes, ligado a ARENA. Nunes chega ao poder e cada vez mais equipes eram incluídas no Brasileiro. Não havia critérios técnicos como acesso e descenso de divisão ou classificação em campeonatos estaduais. A justificativa ainda era a integração nacional e modernização do interior, mas era clara politização, no intuito de conquistar votos. No interior, essa diferença entre os partidos era mais nebulosa. Surge assim a expressão atribuída a Nunes: “Onde a ARENA vai mal, mais um time no nacional”.

Era de reconhecimento público que a relação com os políticos da Arena era um dos fatores principais para a escolha de um time. O presidente da Ponte Preta, Lauro de Morais Filho, declarou que jamais pensou na possibilidade da sua equipe ficar de fora, uma vez que “acreditava muito nos poderes públicos e na Arena”, pois as repercussões poderiam ser

---

[55] < http://www.rsssfbrasil.com/historical.htm#brasileiro > A Rec.Sport.Soccer Statistics Foundation é uma organização que registra dados estatísticos, bem como demais informações a respeito de partidas e torneios de futebol por todo o mundo. Mantém na internet uma página geral sobre todas as categorias de futebol em todas as suas divisões em vários países.

[56] Ibidem

desagradáveis dentre sua grande torcida em Campinas[57.]

Das trinta e uma cidades contempladas com clubes no campeonato, vinte eram capitais estaduais e as demais, sedes de clubes convidados pela CBD: Feira de Santana(BA), Campina Grande(PB), Campo Grande (MT), Londrina(PR), Caxias do Sul(RS), Santos(SP), Ribeirão Preto(SP), Campinas(SP), Uberaba(MG), Campos(RJ) e Volta Redonda(RJ).[58]

Essas grandes mudanças coincidem com o projeto "Geisel – Golbery" de abertura "lenta, gradual e segura". Considerada por muitos analistas como uma "transição por cima", o processo que pretendia "garantir uma institucionalidade elitista que excluísse setores populares", por muitas vezes foi ameaçado pela mobilização da sociedade civil organizada através da OAB, Comunidades Eclesiásticas de Base, ABI, jornais políticos e culturais de oposição e o novo movimento sindical[59].

Nesse contexto, o Movimento Democrático Brasileiro passou a principal representante dos setores de oposição à ditadura. Desta forma, enfraquecê-lo era de fundamental importância para os militares. Paralelamente a este movimento político – partidário, o Campeonato Nacional que abrigava cinquenta e quatro clubes em 1976, fecha a década com noventa e quatro times participando de seus jogos, sendo o Nordeste a região com o maior número de representantes (trinta clubes). O fracasso da edição – que não contou com São Paulo e Santos justamente pelo seu inchaço – fez com que a década de 1980 tivesse campeonatos com um número mais equilibrado de participantes, por volta de quarenta e quatro, até 1986.

Poucos meses após Nunes assumir o comando da CBD, o Congresso Nacional sancionou a Lei 6.251, de 8 de outubro de 1975, que estabeleceu novos dispositivos regulatórios para a atividade desportiva e fortaleceu o CND e a CBD, as instâncias de atuação do Estado no setor[60]. O principal passo no sentido de uma maior centralização foi a adoção do voto unitário das federações e confederações. Por esse instrumento, a participação dos clubes e agremiações nas esferas decisórias foi drasticamente limitada. O poder de voto e de veto competia às federações, municipais e estaduais, o que reduzia o número de votantes nos processos deliberativos e tornava o poder dos presidentes das federações praticamente

---

[57] SANTOS, Daniel de Araújo dos. *Onde a Arena vai mal, um time no Nacional. A criação do campeonato brasileiro em 1971*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco. 1ª Edição, 2015.
[58] SANTOS, Daniel de Araújo dos. *Onde a Arena vai mal, um time no Nacional. A criação do campeonato brasileiro em 1971*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco. 1ª Edição, 2015.
[59] ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A Ditadura Militar em tempo de transição (1974 – 1985) In. Martinho, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e Ditadura no Brasil.* Rio de Janeiro: EDUERJ,2006.
[60] <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6251-8-outubro-1975-357712-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 02/02/2016

absoluto[61.]

Os clubes perdiam sua representatividade política e se viam submetidos a acordos tramados por um grupo restrito de presidentes de federações, em sua maioria políticos com base eleitoral em redutos do interior do país. A gestão de Heleno Nunes em relação à estrutura política e administrativa da CBD, bem como em relação ao Campeonato Brasileiro, pode ser caracterizada pelo extremo centralismo e pelo uso das estruturas desportivas para servir a finalidades políticas do regime militar.

Dessa forma, enquanto o futebol brasileiro ampliava a sua abrangência no território nacional, a democracia recrudescia sob as armadilhas impostas pelo autoritarismo, com a desmobilização das camadas populares e o fechamento contínuo dos canais de participação política. O regime civil-militar, alicerçado pelo apoio político dos grupos conservadores e valendo-se de um conjunto de medidas autoritárias e repressoras, conduziram um repertório variado de ações que visavam desmobilizar todas as formas de oposição ao governo.

2.2 **Mudanças políticas e sociais brasileiras**

Em 1979, a CBD passou por uma grande transformação institucional que culminou na maior participação dos clubes brasileiros. As modalidades consideradas amadoras passaram a receber maiores recursos financeiros, o que permitiu o estabelecimento definitivo de novas entidades esportivas especializadas. Esse era um antigo desejo das classes dirigentes do futebol brasileiro e estava previsto no texto do antigo Decreto-Lei 3.199.[62] Com isso, criavam-se também condições para a fundação de uma entidade exclusiva para a gestão dos assuntos relacionados ao futebol. Como determinavam os estatutos do CND, toda e qualquer alteração na estrutura das federações e confederações deveria ser submetida à aprovação do Ministério da Educação e Cultura. Assim, Heleno Nunes e o ministro Eduardo Portela deliberaram pela extinção das atividades da CBD e aprovaram o estatuto da Confederação Brasileira de Futebol. Submetido à aprovação do CND, o documento foi homologado pelo

---

[61] SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo*: uma história institucional da CBF. Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p. 142

[62] <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm> Acesso em julho de 2016

ministro da Educação e Cultura e publicado no Diário Oficial da União.[63]

Enquanto a CBF se estruturava para uma melhor administração do esporte que sempre estivera no topo da lista de prioridades da CBD, colateralmente o quadro geral da política brasileira apresentava algumas transformações. O processo de distensão concebido pelo ministro Golbery de Couto e Silva iniciado no governo Geisel e mantido por seu sucessor, o general João Figueiredo, permitiu o estabelecimento de novos parâmetros para a atividade política e parlamentar, ainda que tutelados pelo Estado, que freava a crescente insatisfação contra o regime. Os casuísmos aplicados às regras eleitorais – Lei Falcão, que em 1976 proibia transmissões ao vivo pelo rádio e pela televisão durante as campanhas eleitorais; Pacote de Abril, de 1977, que instituiu eleições indiretas para um terço do Senado e ampliou o número de deputados federais das regiões Norte e Nordeste, controladas pelo governo militar; MDB que possuía mais de 50% dos votos, mas apenas um terço do Senado – ocorriam paralelamente ao futebol.

Nada porém pode conter o clima de insatisfação visível em toda população. Fórmulas esdrúxulas de campeonato, a consequente queda do interesse do público vislumbrado na média de público dos campeonatos e o longo jejum de títulos da Seleção Brasileira, levaram o futebol brasileiro a um momento de crise. Por outro lado, a organização da sociedade civil possibilitou a atuação de novos agentes em um campo cada vez mais balizado por instituições ancoradas nos princípios da Justiça e da democracia. Essa alteração no ambiente nacional se refletiu também na estrutura política da CBF. A pressão crescente dos dirigentes dos principais clubes brasileiros, afastados do centro decisório da entidade de acordo com as regras e normas estabelecidas pelo regime forçava agora uma nova correlação de forças. Ao mesmo tempo em que fazia parte do projeto de abertura a tutela das "lideranças civis responsáveis", de acordo com o processo lento e gradual estabelecido pelas lideranças do governo, levava a um enfraquecimento da posição de Nunes no comando da Confederação recém-fundada.

Com necessidade de mudanças clamadas ao final da ditadura, o mesmo se observou na nova entidade. Apoiado por clubes e federações, o civil Giulite Coutinho – ex-presidente do América F. C. do Rio de Janeiro – foi eleito presidente da CBF e iniciou seu mandato em janeiro de 1980.[64] Nesse momento, chegava ao fim a influência direta do governo no futebol

---

[63] SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo*: uma história institucional da CBF. Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

[64] SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo*: uma história institucional da CBF. Coordenação Adelina

brasileiro. Disputando campeonatos deficitários, perdendo jogadores para clubes estrangeiros, sofrendo pressões do antigo modelo de dirigente e de governantes, os clubes não suportaram a pressão e buscaram mudanças. O futebol não conseguiu mais servir de reforço ao poder militar. Pelo contrário, ele antecipou as fissuras que se abriram na ditadura. A abertura chegou antes ao esporte nacional.

Diante dessa nova conjuntura, de afrouxamento da repressão política e de expansão do espaço público, observa-se uma situação ideal para análise. Os anos 80 representou para a sociedade brasileira um momento no qual se elaborou e se difundiu um debate em torno da construção de uma nova cidadania a partir de ideais de democracia e justiça à época, o que tomou corpo na luta por uma vida mais digna, por justiça social e por uma democracia que propiciasse a realização destas e de outras aspirações. O fortalecimento dos movimentos sociais deixou marcas importantes na Constituição de 1988, tornando o cenário político mais amplo e plural.

O enorme número de manifestações da sociedade civil em suas reivindicações por direitos, criando identidades onde antes parecia só existir um aglomerado de gente, permite identificar o início das mudanças políticas do país. Da mesma forma que o processo eleitoral na década anterior trouxe exemplos de medidas reacionárias do regime, as eleições de 1982 permite vislumbrar a maior participação pública.

A participação popular nos anos 80 emergiu sob um regime militar-autoritário em uma conjuntura de grave crise política. Havia a crise do milagre brasileiro. Isso gerou uma ruptura na base de legitimização do regime junto à sociedade. As alterações dos parâmetros das atividades políticas e parlamentares interferiram nas relações de poder entre o poder executivo e o legislativo e tais mudanças provocaram uma crescente dificuldade em canalizar a participação popular para os canais eleitorais. Por fim, houve enfraquecimento da autoridade presidencial, agora limitada pela abertura e pela fragmentação da base de sustentação político-partidária do governo federal no Congresso Nacional, provocada pelo fim do bipartidarismo.

Embora evidente ao final dos anos 1970 com as greves do ABC, essa conjuntura crítica foi gerada ainda durante o milagre brasileiro, na primeira metade da década. O projeto de distensão política, liderado pelo General Ernesto Geisel a frente da presidência da República, extravasou-se em seus limites em relação à ideia de abertura política patenteada. A dinâmica desse processo produziu resultados que o afastaram das intenções do grupo

---

Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

dirigente. As eleições para governador em 1982, especialmente, envolveram uma distribuição real de poder entre os atores políticos, na medida em que as oposições partidárias conquistaram o poder em dez estados – entre eles Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, os maiores colégios eleitorais do país – passando a fazer parte da máquina estatal. Os resultados para a Câmara dos Deputados, em seu conjunto, também foram desfavoráveis ao partido de situação (PDS) e aos dirigentes do regime. Embora o PDS tenha obtido o maior número de cadeiras, 235 no total, os demais partidos obtiveram 244, retirando a maioria parlamentar do partido governista na Câmara Federal.

Além disso, as tentativas de desarticulação da comunidade de segurança e a restauração de algumas liberdades políticas e civis – entre elas a que mais nos interessa, a liberalização parcial da imprensa, especialmente da imprensa escrita – contribuíram para reduzir os níveis de repressão política e para expandir o espaço público não controlado pelo Estado.

O historiador Gerson Wasen Fraga observa no Mundialito de 1981 uma nova perspectiva sobre a Seleção Brasileira. O torneio foi disputado em Montevidéu em comemoração aos 50 anos da primeira Copa do Mundo, realizada no mesmo país. O Uruguai a época também sofria com uma ditadura militar e o torneio fora um dos instrumentos de propaganda do regime local. Fraga em seu trabalho percebe os diferentes significados da seleção brasileira nesse momento de reabertura e de crise econômica e social comparado ao selecionado tricampeão da Copa do Mundo de 1970 e do milagre econômico, no auge do regime civil-militar e de sua campanha ufanista. Com efeito, de elemento de coesão social, o futebol passava a ser lido como um instrumento paliativo para o ânimo nacional diante do quadro de crise[65].

Outra sensível modificação na percepção da imprensa a respeito do selecionado nacional naquele momento diz respeito à correlação entre o momento esportivo e o político. Agora, porém, o discurso ufanista mostra-se substituído por uma linha de denúncia, ainda que por vezes velada, contra as arbitrariedades daquele presente ou de seu passado próximo. Neste sentido, o fato de o Brasil decidir o título daquele torneio contra os uruguaios, que ainda viviam um quadro de forte repressão, acabou dando o mote para que os jornalistas pudessem, ao referir-se ao país vizinho, estabelecer a denúncia em relação à nossa própria realidade.

---

[65] FRAGA, G. Wasen. Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê, Anais do XXVI SimpósioNacional de História –ANPUH, São Paulo, 2011.

> Assim, no dia 8 de janeiro daquele ano, o editorialista de esportes do jornal Zero Hora, José Antônio Ribeiro, afirma em seu texto: "Há torcedores mais politizados que arriscam, com ironia: o Brasil vai torturar o Uruguai, sábado". No dia seguinte, o chargista Marco Aurélio apresentava seu trabalho daquele dia, onde, em primeiro plano, um torcedor brasileiro grita: "Não tem nada!!! Vamos nos vingar de 1950". Atrás, um segundo comenta com um terceiro: "Daqui a pouco vão querer vingar 1930, 1964..."[66].

A passagem da "seleção ufanismo" de 1970 à "seleção válvula de escape" do início da década de 1980 revela uma substancial alteração nos sentidos atribuídos à própria nação. A crise escancarada não mais se continha nos informes oficiais nem nas notícias otimistas, e a população desejosa por democracia, mas também por emprego, renda e uma condição de vida não vincularia as belas atuações do time de Telê Santana ao desempenho politico das equipes comandadas pelos generais[67].

Sobre o período no futebol brasileiro, José Paulo Florenzano diz:

> Foi um período repleto de iniciativas e combates, convulsionada pela ação questionadora desencadeada seja nos grandes clubes, seja nas pequenas agremiações, tanto pelos expoentes do movimento quanto por inúmeros jogadores, quase anônimos, mas não menos obstinados em transfigurar o mundo da bola na república do futebol. (…) A partir da comparação interna ao universo do futebol, confrontando os sucessivos períodos históricos, quer recuemos até a adoção do profissionalismo, na década de 1930, quer avancemos através da modernização empresarial, depois da década de 1980, não encontramos nada semelhante nem à mobilização dos atletas, nem à radicalização das ideias no contexto histórico delimitado pelos anos de 1978 a 1984. De fato, eles correspondem aos anos revolucionários de nosso futebol, caracterizado por uma militância aguerrida dentro das agremiações esportivas e, principalmente, por uma crescente identificação com a classe trabalhadora.[68]

Ao longo de seu trabalho, Florenzano destaca as iniciativas contestadoras dentro do campo esportivo no final da década de 1970 e início da década de 1980, como a luta pelo passe livre, o surgimento de sindicatos estaduais dos jogadores de futebol, modelos de autogestão dos atletas em seus clubes e ainda a atuação de alguns jogadores reconhecidamente contestadores, como Reinaldo e Tostão.[69]

Já Leonardo Antônio de Carvalho Teixeira aponta para uma participação ativa e questionadora de torcedores em relação aos sucessivos aumentos dos preços dos ingressos. Em 1981, torcedores dos clubes cariocas se mobilizaram para não ir aos estádios em virtude

---

[66] Ibidem, p.15
[67] FRAGA, G. Wasen. Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê, Anais do XXVI SimpósioNacional de História –ANPUH, São Paulo, 2011.
[68] FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro*. São Paulo: FAPESP; EDUC, 2010. p. 494.
[69] Ibdem.

do aumento de 100% no valor dos ingressos. Tal aumento ocorreu pela crise financeira que afetava os clubes e, principalmente, os torcedores, que se afastaram dos estádios[70].

No ano seguinte, surgiu a Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (ASTORJ), que passou a ser a entidade representativa das torcidas cariocas[71]. A associação chegou a deliberar sobre uma "greve geral" dos torcedores e também trazia para sua luta um elemento novo: a possibilidade de processo judicial com o intuito de impedir o reajuste dos ingressos. Essa decisão ainda seria discutida pela entidade que pretendia basear seu argumento no fato de o aumento ter sido superior ao índice de INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no espaço de um ano.

No mesmo trabalho, há ainda a "disputa" que se deu nas arquibancadas no jogo entre Flamengo e Fluminense, pelo campeonato brasileiro daquele ano, época do movimento Diretas Já.

> Ambas as torcidas compareceram ao Maracanã munidas de faixas de apoio ao candidato peemedebista (Tancredo Neves) e de repúdio ao candidato do PDS (Paulo Maluf), além de não ter esquecidos os pedidos pelo derrotado movimento das *Diretas Já*. Antes do início da partida, os rubro-negros puxaram gritos de "Tancredo, Tancredo". O fato inusitado, todavia, que marcou o *jogo das torcidas* naquela tarde de domingo foi a faixa provocativa preparada pela torcida do Flamengo. Desfraldada na arquibancada, a percorrer boa parte do anel, a faixa "O Fla não Malufa" aludia a jogadores do Fluminense, como o goleiro Paulo Vítor, que naquela semana haviam manifestado apoio a Paulo Salim Maluf, posando para foto, em Brasília, junto ao presidenciável[72].

A revista Placar também teve uma atuação de destaque no período ao dar voz aos jogadores que não se furtavam a dar suas opiniões políticas no período. Na edição nº647 de 15 de outubro de 1982, traz na capa o jogador Sócrates posado diante do Palácio dos Bandeirantes – sede do governo paulista – com a manchete "Sócrates, 'eu governador'". A reportagem de capa é apresentada no interior da revista da seguinte forma: "A política está em todas as cabeças brasileiras […]. Está na cabeça, também, dos profissionais do futebol […]." (p.19). A matéria segue com quatro jogadores de estados diferentes, expondo seus planos de governo, caso fossem candidatos e vencessem as eleições para governador a ser realizado no

---

[70] TEIXEIRA, L. A. C. Congregar, congraçar e Unir. A atuação da Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (1981-1989). São Gonçalo: UERJ, 2014. Dissertação (Mestrado em História Social e do Território), Programa de Pós-Graduação em História Social e do Território, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

[71] Ibdem.

[72] HOLLANDA, 2009, P. 56 Apud. TEIXEIRA, L. A. C. Congregar, congraçar e Unir. A atuação da Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (1981-1989). São Gonçalo: UERJ, 2014. Dissertação (Mestrado em História Social e do Território), Programa de Pós-Graduação em História Social e do Território, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

dia 15 de novembro daquele ano. Os jogadores Cleo, do Internacional-RS, e Reinaldo, do Atlético Mineiro, apresentaram resumidamente suas ideias. Este último expôs sua ideologia política sem receio ao dizer que "Trataria de implantar o socialismo", numa ideia que pareceu não agradar a equipe de reportagem e ao editor-chefe Juca Kfouri que a consideraram "pouco democráticas". Já Paulo Sérgio, goleiro do Botafogo-RJ, fez um breve, porém abrangente programa. Enquanto Sócrates, jogador do Corinthians e da Seleção Brasileira e um dos principais ídolos do país, fez um programa completo de governo que ocupou três páginas da revista.

Ainda na mesma edição na coluna de opinião escrita por Juca Kfouri, evidencia-se, em primeiro lugar a grande relevância do assunto junto à população e, em segundo lugar, a inédita participação da população no debate político, ali representada pelos jogadores de futebol:

> "Quem disse que jogador não pensa bem?
> Daqui a pouco mais de um mês a torcida brasileira tem um encontro marcado com as urnas. O dia 15 de novembro é a data exata desse momento saudável.[...]
> O mundo do futebol não está alheio a esse episódio. Como a bola, as eleições também apaixonam nosso país e os nossos jogadores participam dela cada um a seu jeito.[...]
> O resultado [...] é animador. Demonstra claramente o bom nível do futebolista brasileiro e sua generosidade. […] E pensar que até bem pouco tempo não se tirava uma declaração política dos ídolos do esporte nacional."[73]

Já quanto ao movimento pelas eleições diretas, há dois exemplares icônicos. Em um está na capa Pelé com uma camisa da Seleção Brasileira e escrito em letras garrafais DIRETAS JÁ. Na outra, Sócrates fantasiado de Dom Pedro I com os dizeres "Se o Brasil mudar, eu fico", condicionando à aprovação da emenda Dante de Oliveira a sua transferência para o futebol italiano. Com a data para a votação da emenda se aproximando e a agitação popular crescendo por todo o país, ambos entraram em evidência pela sua participação na campanha: no dia 13 de março daquele ano, Pelé apareceu na TV erguendo uma réplica da Taça Jules Rimet numa saudação à campanha das diretas.

> "Nós estamos numa luta difícil, que é a luta pelas diretas. O Brasil já ganhou a Copa do Mundo, definitivamente e esta ninguém tira. Agora, tem uma outra Copa que a gente tem que ganhar e foi por isso que ergui minha réplica da Jules Rimet, pelas eleições diretas."[74]

---

[73] Revista Placar, 15/10/1982, p.3
[74] Revista Placar, 20/04/1984, p. 62

A capa com Pelé tem como manchete “Pelé de cabeça nova”. A matéria fala sobre os negócios do atleta do século, a sua atuação no cinema no papel de malandro em filme a ser lançado naquele ano e chama atenção para o que seria “um Pelé mais ousado, que pede eleições diretas”, com inúmeras declarações sobre o tema em parte destacada da matéria.

> “[O movimento pelas] Diretas agora está meio confuso. Mas não tem jeito. A pressão é muito grande e eu acho que todo mundo deve ter oportunidade. Penso também que o governo atual já teve a oportunidade dele.”
> [...]
> “Não considero este meu procedimento como para grupos determinados de políticos. Isso é um dever de todo o povo. Eu sou uma pessoa viajada, conheço o mundo todo e acho que você tem que ter liberdade pra escolher seu candidato. Eu tenho falado isso há anos.”[75]

Além das declarações de Pelé, na seção “Colunáveis” há duas menções ao movimento pelas diretas.

> Diretas Já
>
> Afonsinho, aquele rebelde ex-jogador do Botafogo, Fluminense, Flamengo, Olaria e Santos, hoje com 35 anos e médico, estava entre o milhão de pessoas que fizeram no Rio de Janeiro, terça-feira passada, o monumental comício pelas eleições diretas. Além dele, bem diante do palanque, marcavam presença duas torcidas organizadas, a Young Flu e a Falange Rubro-Negra – esta com mais ou menos 1200 componentes. “Viemos em massa”, contava seu líder, João Roberto Bezerra, 29 anos e que nunca elegeu um presidente. Armando Martins, 56 anos, chefe da Young Flu, já votou em quatro – mas fazia questão de dizer que queria votar de novo. “E já”
>
> “Diretas nunca”
>
> Nas vésperas de jogar contra o Corinthians, o jogador Nivaldo, do Atlético Paranaense, pensou em engrossar o coro pelas diretas, introduzindo o amarelo ao uniforme rubro-negro. Mas não conseguiu falar com o todo-poderoso supervisor Hélio Alves, e teve de se contentar em ver as tornozeleiras de Sócrates, Wladimir e companhia. Agora, contudo, nem precisa pedir mais permissão. Na semana passada, Alves descartou qualquer chance de participação na campanha. “Não se pode abrir precedente”, acredita o supervisor, “senão logo vai ter jogador entrando com símbolo do PT em campo.” Mas ele pode ter uma surpresa: dia 22, em Curitiba, três dias antes da votação da emenda Dante de Oliveira, um jogador jura que colocará, já dentro de campo, uma fita amarela na cabeça.”[76]

A menção aos torcedores comuns presentes no comício e a declaração de membros de destaque dentre eles, merece uma atenção especial. Ainda que não seja possível tirar conclusões gerais a partir de um gesto isolado, reveste-se de especial importância. As pessoas comuns poucas vezes deixam registros relevantes sobre si, por isso é interessante o uso de fontes que expressem o comportamento daquelas. Este tipo de fonte pode ser o melhor, pois

---

[75] Revista Placar, 20/04/1984, p. 62
[76] Ibidem, p.49

“as fontes mais atraentes são aquelas que simplesmente registram ações que devem implicar certas opiniões”[77]. E ainda na segunda coluna, nota-se que a ideia de participação política e de cidadania ainda estão sendo construídas.

Na edição da semana seguinte, Juca Kfouri assina uma coluna de opinião, na qual comenta sobre a atuação de Sócrates no movimento pelas diretas e também emite sua opinião.

> Não bastasse a vontade expressa nos comícios de norte a sul, o maior ídolo do futebol brasileiro condicionou a sua permanência no país à aprovação da emenda Dante de Oliveira. Sócrates está tão interessado que, para divulgá-la ainda mais, não tem dúvida em assumir o papel de Dom Pedro I, transformando-se em capa dessa edição. Bons tempos estes que as maiores figuras do nosso esporte assumem sua posição e colocam em discussão abertamente, sem medo da crítica conservadora ou da perda de seus privilégios – Sócrates está trocando cerca de dois milhões de dólares pelo direito de votar.
> […]
> Que os parlamentares brasileiros tenham a mesma generosidade e a sensibilidade dos representantes autênticos de quem os elegeu, é o mínimo que devemos esperar e exigir.
> Porque, que ninguém duvide, se as diretas não resolverão nossos problemas, serão o primeiro passo para tanto. Até nos esportes.[78]

Assim como na época das eleições para governador, o jornalista chama a atenção para “os bons tempos” no qual é possível registrar o posicionamento político dos atletas, mesmo que passado dois anos entre uma matéria e outra, ainda era novidade diante da cultura política gerada pelo regime ainda em vigor.

Na mesma edição, há ainda uma entrevista do mesmo jornalista com o jogador, falando sobre o comício realizado naquela semana no Vale do Anhagabaú, em São Paulo, e registrando a opinião do jogador, onde se destaca.

> Placar: Quando se perde um jogo, um campeonato, sempre tem o próximo, a vida continua e uma vitória faz esquecer. Como você imagina o dia seguinte da votação da emenda caso haja a rejeição?
> Sócrates: Acho que vamos mobilizar muito mais gente, para daí a 15 dias, sei lá. Sei que acho irreversível esse processo todo.
> Placar: A emenda do governo prevê diretas para 88 e alguns analistas avaliam que, fruto de uma negociação é possível antecipar para 1986. Você não acha isso razoável?
> Sócrates: Mas esperar o quê? Por que não já? Se as diretas são um desejo unânime, por que não já?
> Placar: E se a emenda for aprovada para já? Quem é o presidente?
> Sócrates: Quem o povo escolher. Não interessa quem vai ser. […] Mas quem quer que seja, terá que governar com o povo e será legítimo.[79]

---

[77] HOBSBWAM, Eric. *Sobre História.* São Paulo: Companhia. Das Letras, 1998. p.223
[78] Revista Placar, 27/04/1984, p.3
[79] Revista Placar, 20/04/19845, p. 38

Até aqui, pode ter parecido que a pesquisa se valerá dos registros da imprensa como fonte precisa, cuja informação valha por si, como se fosse portadora da verdade. Porém, devemos ter em mente que o registro jornalístico é uma seletiva narrativa do presente a partir de critérios subjetivos. Ciente disso, cabe destacar aqui então, a linha editorial da Placar no período. No final dos anos 70 a revista contratou o sociólogo Juca Kfouri, que intensificou as matérias de cunho social e político ao longo da sua trajetória como editor-chefe da revista. Críticas e denúncias contra os dirigentes esportivos – como no famoso caso da Máfia da Loteria Esportiva[80] – ganharam destaque nesse momento. Nesse mesmo contexto de luta pelas eleições diretas para presidente no início dos anos 80, Placar fez intensa cobertura da Democracia Corinthiana.

Conhecendo a trajetória da revista, torna-se possível seguir por caminhos mais seguros para essa análise. Ao destrinchar o que há por trás do discurso vão aparecendo as reais motivações do periódico. Ao ler as matérias fica evidente a característica de oposição crítica a classe dirigente do futebol brasileiro, a qual as mazelas são diretamente associadas aos parâmetros institucionais brasileiros: "Porque, que ninguém duvide, se as diretas não resolverão nossos problemas, serão o primeiro passo para tanto. Até nos esportes."[81]

2.3 **Os precedentes da criação do Clube dos 13**

Em meados da década de 1980, em Franco Jr. podemos ver que o futebol europeu experimentava o sucesso liberal[82]. A força de cada mercado consumidor local ou nacional pesava sempre mais no produto futebol. Não apenas nas receitas de bilheteria, mas principalmente nas de publicidade, com o avanço do rádio e da televisão. A condição sociocultural do público também influía, logo, sendo natural a ascensão futebolística dos países desenvolvidos, ainda que com a importante exceção justamente do país mais rico e populoso do Ocidente, os Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que o futebol brasileiro passava por uma grave crise financeira, com campeonatos deficitários, clubes se vendo forçados a ceder jogadores para times estrangeiros, diminuição de público nos estádios e da

[80] Foi como ficou conhecido uma série de reportagens publicadas pela Revista Placar, em 1982, que denunciava um esquema de manipulação de resultados, na qual jogadores eram comprados por apostadores, a fim de garantir que os resultados dos jogos da loteria seriam aqueles em que haviam apostado.
[81] Revista Placar, op. cit., nota 75, p. 3
[82] FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.130

renda da bilheteria, que à época era a principal fonte de arrecadação dos clubes. Clamava-se por uma modernização do futebol nacional tendo como exemplo os clubes europeus e sua adaptação ao modelo liberal. Todavia, a pretensa modernização futebolística manteve as estruturas de poder dos velhos ou de novos dirigentes que ainda comandavam suas agremiações à moda antiga.

Em 1986, Octávio Pinto Guimarães, ex-presidente da Federação do Rio, e Nabi Abi Chedid, ex-presidente da Federação Paulista, concorrem à presidência da CBF, em oposição a Medrado Dias, candidato apoiado por Giulite Coutinho, presidente entre 1980 e 1986[83]. A disputa acirrada foi vencida pela oposição. O estatuto da entidade previa em caso de empate a posse do candidato mais velho, o que daria vantagem a Medrado Dias. Horas antes da votação Chedid e Guimarães inverteram a ordem da chapa. O vice Guimarães virou presidente e o presidente Chedid virou vice. *Tal manobra gerou um impasse: Guimarães* não cedeu o comando do futebol como era previsto. Chedid começou a mandar a sua maneira, tomando a frente de inúmeras decisões. A duplicidade de poder anunciou a crise do Campeonato Brasileiro daquele ano.

O Campeonato Brasileiro de 1986 previa em seu regulamento oitenta clubes divididos em oito grupos de dez. Classificavam-se para a segunda fase os sete primeiros dos quatro primeiros grupos (algo como a divisão de elite) e mais os vencedores dos quatro grupos restantes (algo como uma divisão inferior).

Ao final da primeira fase uma decisão do STJD deu ao Joinville pontos de um jogo contra o Sergipe, em razão de um resultado positivo no exame antidoping. O Vasco, eliminado por isso, entrou na justiça comum para cassar a decisão e conseguiu. Para evitar uma guerra de liminares, a CBF tentou desclassificar a Portuguesa, por conta de um problema com ingressos. Os clubes paulistas reagiram solidários e ameaçaram boicotar a segunda fase. A entidade máxima, como solução classificou a todos. A segunda fase passou a ter 33 times. Porém, com número ímpar de equipes a tabela ficou inviável e a saída foi convidar mais três equipes: Santa Cruz, Sobradinho e Náutico84.

Antes do Campeonato, e por pressão dos clubes, o CND e a CBF acertaram que 1986 seria classificatório para 1987. Dos quarenta e quatro times do torneio – vinte e quatro seriam classificados para a primeira divisão do ano seguinte. A confusão jurídica implodiu *essa*

---

[83] SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo*: uma história institucional da CBF. Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
[84] Revista Placar

combinação – e evitou que dois times grandes, Botafogo e Coritiba, disputassem a segunda divisão num suposto campeonato de 1987. A falta de confiança na capacidade dos dirigentes da CBF de garantir que as normas do Conselho Nacional de Desportos (CND) fossem cumpridas no torneio de 1987, aliada à pressão dos clubes por uma maior participação no rateio das verbas oriundas da comercialização dos direitos da competição, levou os grandes clubes a fundarem o Clube dos 1385.

Enquanto a CBF passava por esse momento de crise, os clubes já se organizavam para fazerem valer seus interesses. No caso, a maior preocupação era fazer lobby para incluir na pauta da Assembleia Constituinte um artigo que lhes dessem autonomia de organização e funcionamento. Na época, a Constituição definia como deveria ser a composição diretiva de todos os clubes, incluindo a relação de sócios, conselho e presidente. Essa lei não reconhecia as diferentes realidades de clubes com grandes times de futebol e outros, pequenos, puramente sociais. A campanha foi bem-sucedida e a união de clubes ganhou força. Em abril de 1987, Flamengo, Guarani e São Paulo se negaram a ceder seus jogadores para uma excursão da Seleção Brasileira à Europa e tiveram respaldo do CND86. Ficava claro para os clubes que era viável se unir.

Ao mesmo tempo, o futebol passava por uma crise de interesse público no país. As médias do campeonato brasileiro de 1986 e dos campeonatos estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia e Rio Grande do Sul estava em constante baixa. Pesquisas de opinião indicavam que outros esportes como a Fórmula 1 estavam dividindo as atenções dos brasileiros, além disso as pesquisas mostravam a falta de credibilidade dos dirigentes e da CBF perante os torcedores87.

As tensões entre os clubes e a CBF, os recursos à Justiça Desportiva, o jogo de interesses, as mudanças casuísticas de regulamento, a impunidade e a queda do interesse dos torcedores revelavam o tumultuado processo de modernização do futebol brasileiro, em sintonia com o que ocorria na cena política nacional. Os trabalhos constituintes de 1987 e 1988 com práticas semelhantes já tinham denunciado as dificuldades em se modernizar as estruturas políticas do Brasil. A liberdade de organização de agremiações políticas foi estabelecida sem a adoção da fidelidade partidária, permitindo a rentável troca de legenda conforme as conveniências pessoais, a formação de partidos de aluguel e de blocos governistas fragilmente reunidos pela argamassa fina e reluzente de cargos e recursos

---

[85] Ibdem
[86] Revista Placar, 18/05/1987.
[87] HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: futebol e cultura de massa no* Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

públicos, além de mudanças na duração do mandato presidencial e da adoção casuística de novas regras com o jogo político em andamento. Se a vitória da oposição incorporou representantes da ditadura e velhos oligarcas brasileiros, a pretensa modernização futebolística manteve as estruturas de poder dos clubes e de federações e foi levada a cabo sem desarticular o poder dos velhos ou de novos dirigentes que ainda comandavam suas agremiações à moda antiga.

2.4 **A Copa União de 1987**

Em junho de 1987, Octávio Pinto Guimarães anunciou que a CBF não teria condições de organizar o Campeonato Brasileiro desse ano. O motivo anunciado foi a falta de dinheiro para arcar com as viagens dos times e outras despesas da competição[88]. Tal crise financeira está ligada a falta de patrocinadores e a queda da arrecadação da Loteria Esportiva, principal financiadora do futebol brasileiro até então. Sob o risco de ficar sem a competição que já era a mais importante do calendário, os grandes clubes resolveram tomar as rédeas da situação.

Depois de reunião no Morumbi, em São Paulo, é fundado o Clube dos 13. Faziam parte os clubes de maiores torcidas dos estados do Rio de Janeiro (Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco), de São Paulo (Corinthians, Palmeiras, Santos e São Paulo), de Minas Gerais (Atlético Mineiro e Cruzeiro), do Rio Grande do Sul (Grêmio e Internacional) e da Bahia (Bahia), o único representante do futebol nordestino.

Em sua ata de fundação, o Clube dos 13 tinha como propostas básicas: a) Criação de divisões no campeonato brasileiro; b) Campeonato Brasileiro de 1987 com 13 clubes, disputado em turno e returno, com os campeões se enfrentando com o time que fizer mais pontos no geral, num triangular final. Será a Copa União; Clube dos 13 abre mão da verba da Loteria Esportiva em 1987; Divisão A e B com 16 clubes, respectivamente, em 1988. c) Diminuir o número de clubes nos nacionais e estaduais a partir de 1988; d) jogos só aos finais de semana a partir de 1988; e) Regionalização da série C; f) Conselho Arbitral nas séries A e B. Conselho dos clubes decidiria fórmulas de disputa dos campeonatos. g) Só os clubes das séries A e B votariam nas eleições na CBF. h) Voto qualitativo – determinado pela classificação das equipes nos campeonatos. i) Convocação de jogadores para a Seleção seria

[88] Folha de São Paulo, 08/07/1987. nº 21,280.

facultativa, e clubes teriam de ser previamente consultados antes da divulgação da lista. j) Calendário planejado e fixo a partir de 1988.[89]

Os problemas enfrentados pelo futebol brasileiro desde a década de 1970 e mais os argumentos do Clube dos 13 eram fatores suficientemente fortes para atrair a simpatia dos torcedores e forçar a CBF a negociar com os grandes clubes. A princípio, a CBF se mostrou disposta a atender algumas reivindicações do Clube dos 13, mas ao mesmo tempo tentava proteger o interesse das federações excluídas desse grupo, pois elas eram importantes no processo eleitoral da CBF. O código das relações pessoais, troca de favores e conciliação persistem mesmo findado o regime civil militar. No campeonato formulado pela CBF haveria dois módulos e um cruzamento entre os vencedores ao final. O Clube dos 13 ameaça não participar do campeonato e demonstram interesse em realizar o campeonato independente da CBF.

Após inúmeras discussões, há um acordo selado. O presidente Octávio Pinto Guimarães aceitou proposta das federações do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Nessa proposta, no lugar de um campeonato só do Clube dos 13, mais três clubes são convidados (Santa Cruz, Coritiba e Goiás). No que se caracteriza como uma prática comum do futebol e da política brasileira, houve uma conciliação dos interesses: o Clube dos 13 conquistou a liberdade desejada para negociar o campeonato e a CBF manteve-se no topo da hierarquia do futebol brasileiro, além de incluir clubes de federações aliadas. Pelo acordo, o campeonato foi dividido em dois módulos de dezesseis clubes. O campeão brasileiro de 1987 seria o vencedor do cruzamento entre os campeões do Módulo Verde – com os 13 do Clube e mais os três convidados – e os campeões do Módulo Amarelo. As duas vagas da Libertadores de 1988 seriam decididas em janeiro do mesmo ano, nesse mesmo quadrangular. Porém, não está clara na cobertura da imprensa essa informação sobre o ganhador do título90.

A mídia esportiva na época tratava o Módulo Verde como a primeira divisão. Em reportagens, apontava as equipes fundadoras do Clube dos 13 como as primeiras colocadas no ranking da CBF, legitimando o seu status de elite, ao passo que o Módulo Amarelo era formado, em sua maioria, por times de segundo escalão. Seria um tanto quanto simplista, porém, afirmar que o Módulo Verde corresponderia à primeira divisão do campeonato, ao passo que o Amarelo seria a segunda divisão. O que ocorreu foi aquilo que se chama “virada

[89] Jornal do Brasil, 14/07/1987.
[90] Revista Placar, 14/09/1987, O Globo, 04/09/1987; Jornal do Brasil, 04/09/1987

de mesa”: quebraram-se as regras do ano anterior e criaram-se novas, conforme o jogo de interesses da época, no qual o capital esportivo, emotivo e político favoreceu alguns clubes. Essa “virada de mesa” acarretou distorções: Guarani (vice-campeão em 1986), América-RJ (4º lugar), Criciúma (9º), Portuguesa (11º), Inter de Limeira (12º) e Joinville (14º) foram relegados ao Módulo Amarelo, em benefício direto de Internacional (17º), Santos (19º), Goiás (23º), Santa Cruz (27º), Botafogo (32º) e Coritiba (44º).

O grande problema nesse acordo é que, embora tenham sido ajustados os quatro Módulos e seus participantes, não se chegou a um consenso sobre quem seria o campeão brasileiro de 1987. O Clube dos Treze defendia que o campeão seria simplesmente o vencedor do Módulo Verde. A CBF, por sua vez, sustentava a necessidade de cruzamento entre os dois melhores times dos Módulos Verde e Amarelo para definir o campeão.

Em dezembro de 1987, o Flamengo sagrou-se vencedor do Módulo Verde, ficando em 2º lugar o Internacional. O Sport venceu o Módulo Amarelo, derrotando o Guarani. A celeuma estava deflagrada: haveria ou não necessidade de cruzamento? A imprensa esportiva na época considerou o Flamengo como campeão nacional sem qualquer cruzamento, não atribuindo maior repercussão à conquista do Sport[91].

Márcio Braga, como vice-presidente do Clube dos 13 e presidente do Flamengo, afirmou que só aceitaria cruzamento de módulos em caso de convocação e aprovação no Conselho Arbitral da CBF92. O conselho seria formado por trinta e dois clubes dos dois módulos. Os dirigentes do Clube dos 13 trabalhavam com o fato de terem maioria no voto qualitativo no Conselho Arbitral que se reuniria em breve, para garantir o não cruzamento dos Módulos. A CBF, com seu presidente Nabi Abi Chedid, insiste em cumprir o regulamento acordado e considera o Flamengo campeão de seu módulo, sendo necessária a disputa no cruzamento dos Módulos num quadrangular em janeiro. O Clube dos 13 manteve sua posição de apoio ao Flamengo e ao Internacional e reiterou a não participação do quadrangular em janeiro, com Flamengo e Internacional abrindo mão da Libertadores-88. O torneio ainda não tinha grande credibilidade junto aos clubes brasileiros, que preferiam fazer participação em torneios amistosos internacionais, mais rentáveis economicamente.

Enfim, o Conselho Arbitral dos Módulos Verde e Amarelo decide, por 375 votos contra 104, que não haverá cruzamento entre os módulos para definir o campeão da Copa União que, para eles, é o Flamengo. Vinte e nove dos trinta e dois clubes votaram no

---

[91] “A Copa União é do Mengão”, revista Placar, 18/12/1987.
[92] Jornal do Brasil, 18/12/1987

Conselho Arbitral da CBF. Voto qualitativo do módulo verde deu a vantagem para o Clube dos 13. O Sport Recife foi à reunião do conselho com liminar obrigando unanimidade para mudar regulamento. O Clube dos 13 contra-argumentava que não houve decisão no Módulo Amarelo, com disputa de pênaltis sem vencedor entre Sport Recife e Guarani de Campinas.

A CBF ignora a decisão do Conselho Arbitral e marca as rodadas do quadrangular em turno e returno, fazendo valer o regulamento previamente acordado. Assim, Sport e Guarani venceram seus jogos contra Flamengo e Internacional por W.O. Na final do quadrangular, o Sport derrotou o Guarani e foi declarado campeão brasileiro de 1987 pela CBF. O Clube dos Treze, não reconhecendo a necessidade de um quadrangular final, declarou o Flamengo como campeão brasileiro.

Uma sucessão de erros, portanto, fez com que o campeonato terminasse em meio à insegurança. Quem seria o campeão: Sport ou Flamengo? A partir disso, o campeonato continua nos tribunais.

3 **OS TRIBUNAIS**

Logo após a decisão da Copa União nos gramados o “item obscuro” sobre a definição do campeão brasileiro de 1987 veio à tona. A CBF queria que o campeão (Flamengo) e o vice-campeão(Internacional) do módulo verde (Copa União) jogassem contra o campeão (Sport) e o vice-campeão (Guarani) do módulo amarelo para decidir quais times seriam considerados os campeões do Brasil de 1987 e os representantes brasileiros na Copa Libertadores da América de 1988. O Clube dos 13 rejeitava esta decisão mesmo após o acordo feito meses antes com a CBF e recusava-se a jogar contra times do módulo amarelo, tratado na mídia como a segunda divisão do futebol brasileiro. Após intensos debates e desdobramentos extracampo, a CBF declarou Sport e Guarani campeão e vice, respectivamente, de 1987 e representantes do Brasil na Copa Libertadores da América de 1988.

Em fevereiro de 1988, o Sport ingressou na justiça comum para ver declarada sua condição de campeão brasileiro. No polo passivo, foram incluídos CBF, Flamengo, Internacional, Guarani e União, vez que o Conselho Nacional de Desportos, órgão que na época regulava os esportes no Brasil, se inseria na Administração Pública federal. Distribuído o processo sob o número 00.0004055-0 à 10ª Vara Federal de Pernambuco, considerou-se que, embora o regulamento da CBF não tivesse sido aprovado pelo Conselho Arbitral, teria havido aceitação tácita dos participantes, não se podendo aceitar sua alteração no curso do torneio sem a unanimidade de votos dos envolvidos, assim sendo transitado em julgado em 1999.

É questionável se o Sport não deveria antes ter ingressado na justiça desportiva, mas tais indagações perderam importância. Assim como o fato de um gol validado pelo juiz ter sido feito com a mão não importa após encerrado o jogo, os equívocos eventualmente cometidos na referida sentença se tornaram irrelevantes após o trânsito em julgado e o fim do prazo para a ação rescisória. Inequívoca, até aqui, a condição de campeão brasileiro do Sport.

Apesar dos líderes do Clube dos 13 sentirem-se “traídos pela CBF”, conforme depoimentos na mídia, o regulamento do Campeonato Brasileiro de 1987 dizia no parágrafo primeiro do artigo 4 que o campeão e o vice-campeão da Copa João Havelange (Copa União) e o campeão e o vice-campeão do Roberto Gomes Pedrosa (módulo amarelo) deveriam jogar entre si para decidir o campeonato brasileiro de 87 e os representantes do Brasil na

Libertadores de 1988[93]. A discussão voltou à tona no ano de 2007, quando o São Paulo Futebol Clube conquistou o seu quinto título do campeonato brasileiro e reivindicou a "taça das bolinhas"[94]. Em dezembro de 2010, todavia, ocorre um fato relevante: a CBF resolveu promover a unificação dos títulos brasileiros de clubes. Explica-se: o Campeonato Brasileiro propriamente dito somente teve início em 1971. Apenas seus vencedores eram reconhecidos pela CBF como campeões brasileiros. Antes disso, porém, já se disputavam no Brasil torneios de futebol com abrangência nacional, embora não qualificados como "Campeonatos Brasileiros". Entre 1959 e 1968, foi disputada a Taça Brasil, ao passo que entre os anos de 1967 e 1970 foi disputado o Torneio Roberto Gomes Pedrosa. A CBF, com o ato de unificação, decidiu considerar campeões brasileiros também os vencedores desses dois torneios. A importância dessa medida, para os fins do presente estudo, é que a Taça Brasil e o Torneio Roberto Gomes Pedrosa chegaram a ser simultaneamente disputados em 1967 e 1968. Com o ato de unificação, reconheceu-se a possibilidade de dois títulos brasileiros no mesmo ano. Em 1967, o Palmeiras saiu vencedor nos dois torneios e, portanto, somou para si dois títulos. No ano de 1968, o Botafogo venceu a Taça Brasil e o Santos prevaleceu no Torneio Roberto Gomes Pedrosa, sendo ambos considerados campeões brasileiros.

Diante do precedente estabelecido, poderia a CBF reconhecer o Flamengo também como campeão de 1987, ao lado do Sport? Após pressões de diversos setores, em fevereiro de 2011, a CBF edita a Resolução da Presidência 2/2011, a fim de reconhecer o Flamengo como campeão ao lado do Sport[95]. Para tanto, afirmou-se que a decisão transitada em julgado obtida pelo Sport reconhecia seu título brasileiro, mas sem lhe outorgar caráter de exclusividade.

Após essa decisão, no entanto, a equipe pernambucana entrou com uma ação no Tribunal Regional Federal (PE) pedindo que a decisão da CBF fosse invalidada, o que aconteceu. Flamengo recorreu mais uma vez, dessa vez ao Supremo Tribunal Federal. Em março de 2016 o Ministro Marco Aurélio Melo do Supremo Tribunal Federal julgou inviável ao Recurso Extraordinário (RE) 881864, interposto pelo Clube de Regatas Flamengo contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que manteve o Sport Club do Recife como único campeão da Copa União de 1987. O Sport ajuizou ação ordinária contra a CBF e a

---

[93] HELAL, op. cit., nota 84.

[94] Taça das bolinhas foi o nome pelo qual ficou conhecido o Troféu Copa Brasil, que era entregue aos campeões brasileiros. Era acordado que a primeira equipe a conquistar 5 títulos do campeonato brasileiro teria a posse definitiva da taça. Após o campeonato de 1992, que seria o 5º título conquistado pelo Flamengo, o troféu deixou de ser disputado e ficou guardado em um cofre na Caixa Econômica Federal, até o ano de 2007.

[95] <http://www.cbf.com.br/noticias/campeonato-brasileiro-serie-a/cbf-reconhece-titulo-do-fla#.V6TntfkrLIU> Acesso em julho de 2016.

União, buscando, a partir do reconhecimento da validade do regulamento inicial do Campeonato Brasileiro de 1987, que fosse declarado o legítimo vencedor do torneio. O juízo da 10ª Vara Federal de Pernambuco aceitou o pedido e o trânsito em julgado ocorreu em 1999[96]. No RE 881864, o clube carioca alegou que a sentença da Justiça Federal não o impedia de ser reconhecido como campeão nacional, ao lado do Sport. Sustentou que a decisão judicial violou o artigo 217, inciso I, da Constituição Federal (CF), que prevê a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações quanto a sua organização e funcionamento. Argumentou ainda que a divisão do título não ofende o inciso XXXVI do artigo 5º da CF (a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada).

Essas mudanças ocorridas nos últimos anos sobre a decisão inicial da CBF que tornou interessante esta pesquisa. Todas essas mudanças foram intensamente noticiadas pela mídia esportiva, permeando o debate entre os torcedores. A mídia esportiva já em 1987 deu grande repercussão ao torneio, desde a fundação do Clube dos 13 e a reação da CBF a este movimento em extensas e detalhadas reportagens. Era uma campanha favorável, a qual apelava para uma racionalização e modernização da administração do futebol brasileiro[97]. Todavia, o foco das notícias mudou completamente. Se na época falava-se sobre a racionalização e modernização que o Clube dos 13 representava para o futebol brasileiro, atualmente resume-se à questão do título.

3.1 **A mídia esportiva**

O tema futebol sempre recebeu uma dedicada atenção na mídia brasileira, contribuindo para a sua popularização e expansão no país. São inúmeros os trabalhos acadêmicos destacando seu papel em narrativas sobre o próprio Brasil. Não é exagero dizer que a mídia esportiva é de suma importância para a experiência do futebol, estabelecendo um vínculo com os torcedores e que ajuda na consolidação de seu discurso, o que leva a criar uma consciência coletiva, ganhando seu valor político.

Podemos ver em Martins esse vínculo entre a mídia esportiva e a experiência dos

[96] <http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=311893> Acesso em julho de 2016

[97] Entende-se modernização e racionalização como introdução de uma ética única de comercialização, profissionalização dos dirigentes e estratégias de marketing. HELAL,1997.

consumidores do espetáculo.[98] Para ela, a mídia esportiva conquista a sua legitimação na sua capacidade de promover a tematização pública das disputas em jogo. Ao mesmo tempo, ela tem a sua autonomia, que a permite impor os limites da disputa no próprio campo no qual opera a sua mediação. Dessa forma, a mídia tem o poder de redefinir as formas de sociabilidades dos torcedores, de criar novos sujeitos e de um outro espaço para as disputas. Esse processo de apropriação da mídia esportiva pelo tema da disputa faz com que mesmo as experiências exteriores a si seja em algum momento permeada por ela. É através da mídia que as falas são compartilhadas e confrontadas entre si, construindo os consensos e dissensos de uma experiência coletiva.

Ainda em Martins, é analisada a confluência de diferentes vozes no campo esportivo. A fala de profissionais da mídia, mesmo quando legitimada, tende a ser questionada pelos torcedores quando ela é contrária ao seu time. Dessa forma, a fala esportiva pode ser considerada uma polifonia, na qual se inclui a voz do público, passando a experiência esportiva a ser o resultado da enunciação construída em seu acontecimento. Sob essa perspectiva, nota-se que a enunciação esportiva é constituída por uma heterogeneidade de discursos marcada por disputas e negociações. A mídia esportiva torna-se responsável pela mediação dessa multiplicidade de discursos e interações.

Seguirá adiante, primeiramente, a transcrição de trechos do programa *No mundo da bola* da Rádio Nacional do Rio de Janeiro AM 1.130KHz, no dia 22 de maio de 2015. O programa promove debates esportivos e está no ar desde 1930. É comandado pelo radialista Ricardo Mazella, com comentários de Pedro Garritano no estúdio e Pedro Campos por telefone direto de Brasília, além do repórter Rafael Monteiro. Fui convidado a participar do programa por seu apresentador, o radialista Ricardo Mazella, para falar sobre a Copa União de 1987. Inicialmente preparado pra uma entrevista solo com o radialista, fui convidado a participar do programa, fazendo ambos sairmos de nossos roteiros.

> Ricardo Mazella: - Recebo aqui no estúdio a visita do Rafael Frazão, ele que está fazendo mestrado de História Social na UERJ, que é a Universidade Estadual [sic] do Rio de Janeiro, e o tema do seu mestrado é Copa União de 1987. […] Lembrando que o Flamengo foi campeão pelo Módulo Verde, Sport pelo Módulo Amarelo e até hoje o Flamengo fala que é campeão… o Sport fala que é campeão … (intervenção de Paulo Garritano)
>
> Paulo Garritano: - Estou indócil porque hoje é uma boa oportunidade da gente acabar logo com esse assunto, a gente vai esclarecer aqui se o Flamengo é ou não é

[98] MARTINS, Maura Oliveira. *A comunidade imaginada do futebol. Estratégias midíaticas na enunciação esportiva.* Cadernos de comunicação, UNISINOS, n.11, 2004.

> campeão, enfim… mas é uma oportunidade de colocar uma pedra nisso e pararem de ficar falando.

Nessa parte inicial do programa evidencia-se a polêmica no debate já tratado anteriormente e o atual enfoque sobre o evento. As palavras de Garritano evidenciam a longa extensão dessa discussão e a existência de mais de uma memória sobre o evento, ainda que não cite os outros clubes envolvidos, apenas o Flamengo, que como veremos, é a parte central de seu posicionamento. O programa segue com o seu roteiro original, com Mazella estimulando a participação de ouvintes através de mensagens de áudio no Whatsapp. Por volta do minuto 21 do programa, volta-se ao tema:

> Rafael Monteiro: - O Jônatas Ferraz, de Itapuranga-GO, ele está opinando pra saber quem foi campeão em 87, o Sport ou o Flamengo […]
>
> [Mensagem de áudio do ouvinte]
> É o seguinte… o campeão é o Sport. Quem disputou a Libertadores de 88? Onde está o caneco de 87 no Flamengo? Flamengo é hexa? Só tem 5 canecos! Regulamento é regulamento! Quando começou ele sabia o que iria acontecer.
>
> Ricardo Mazella: - […] Eu concordo com meu amigo aqui Jônatas Ferraz, Itapuranga-GO, esmeraldino com orgulho. Boa noite, Rafael Frazão! Olha a confusão que você está trazendo no programa e está mudando o roteiro aqui!
>
> Rafael Frazão: - Boa noite, Ricardo! Obrigado por abrir aqui o espaço pra esse tema tão polêmico. E aqui já ficou claro o que eu tenho observado na minha pesquisa: nós nunca vamos chegar num consenso sobre quem foi o real campeão de 87. A minha dúvida no começo era sobre o clube do Jônatas, acabou de falar aqui o Mazella pra gente que ele é esmeraldino, mas se perguntar pra um torcedor do Flamengo nenhum dele vai concordar com isso. Então vamos sempre levar essa polêmica aí, e nunca vai chegar um consenso sobre quem foi o campeão de 87.
>
> Ricardo Mazzella: - Campeão do módulo verde o Flamengo, campeão do módulo amarelo o Sport de Recife.

A participação dos ouvintes se direcionam pro meu tema, fugindo ao roteiro original refletindo a relevância do assunto e mais uma vez a sua controvérsia. Nessa primeira intervenção, logo é falado sobre o número de títulos brasileiros do Flamengo e também questiona-se sobre o representante brasileiro na Taça Libertadores. E para finalizar cita o desrespeito ao regulamento da competição, no qual era previsto o cruzamento entre os campeões e vices do módulo verde e do módulo amarelo para definir o campeão e os representantes brasileiros na Taça Libertadores da América no ano seguinte, fatos lembrados pelo torcedor. Ele não revela a sua idade, sendo impossível fazer qualquer apontamento sobre a sua relação com o evento. Porém, a partir do nosso levantamento feito sobre a cobertura da mídia na época e atualmente, notamos uma possível mudança na construção da memória do

evento. Ao falar que “Regulamento é regulamento! Quando começou ele sabia o que iria acontecer”, somos reportados ao acordo entre CBF e Clube dos 13. De fato, as equipes não podem alegar o desconhecimento do acordo, mas essa questão ficou obscura pela cobertura da mídia da época e, consequentemente, para o torcedor, só sendo possível esse argumento através do debate verificado posteriormente.

Outro ponto a ser destacado nessa primeira participação é o clube do torcedor. Embora sua equipe não faça parte diretamente dessa disputa, o torcedor se sentiu imputado a participar do debate. O Goiás Esporte Clube foi uma das equipes convidadas pelo Clube dos 13 a participar do módulo verde[99] e foi admitido ao mesmo grupo no ano de 1997, junto com Coritiba e Sport Recife. Na época, havia necessidade de unanimidade para permitir a inclusão de novos membros no grupo dos principais clubes do país. Kléber Leite, presidente do Flamengo na ocasião, condicionou sua assinatura ao reconhecimento do título de 1987. O Sport contesta o argumento[100]. Portanto, o torcedor apresenta uma posição contrária a oficialmente adotada pelo clube. Tal postura será uma constante nesse debate e está inserido num sistema de circulação de emoções clubísticas para além do espaço-tempo do jogo, o que ajuda a caracterizar o sentimento de pertencimento próprio do clubismo. Mas a partir do clubismo, o torcedor não pertencerá apenas a uma comunidade de sentimento imaginada, mas um sistema integrado por várias comunidades, dentre elas aquela que lhe será ensinada a gostar e outra que haverá de aprender a desdenhar. O Flamengo é o clube de maior torcida do estado de Goiás e, embora seja de outro estado, torna-se um dos grandes rivais para o torcedor esmeraldino[101].

Por volta do minuto 34 do programa, Mazella questiona-me sobre a própria iniciativa dos clubes e sobre a organização do campeonato, saindo um pouco da polêmica do título, além do seu imbróglio jurídico:

> Ricardo Mazella: - Copa União, Rafael Frazão […] Mas pra chegar nessa Copa União, você acha que foi válido, não foi válido, os clubes organizaram uma boa competição?
>
> Rafael Frazão: - Foi uma tentativa muito válida, foi uma tentativa rica dos clubes brasileiros que se organizaram no Clube dos 13 e tentaram ter sua autonomia,

[99] As outras equipes convidadas foram Coritiba e Santa Cruz, como parte do acordo com a CBF.

[100] Documento disponível em <http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Futebol/0,,MUL1572245-9825,00.html> Acesso em julho de 2016.

[101] Damo (2007), ao tratar do sistema de pertencimento clubístico, assinala que clubes como Flamengo e Goiás são mais próximos do que outros clubes locais por pertencerem ao mesmo sistema FIFA e por estarem na primeira divisão. O constante fluxo de emoções que essa proximidade permite, insere os torcedores na atualização cotidiana do sistema de pertenças.

> tentaram uma maior participação dos clubes brasileiros como se pode observar hoje alguns clubes tentando, novamente, essa nova iniciativa.
>
> Ricardo Mazella: - Foi o que eu falei pra você na entrevista pra você, o todo não valeu sobre o individual. Exatamente isso, porque a iniciativa do Clube dos 13 foi muito legal, mas depois o Atlético olhou pra sua barriga, o Flamengo, o Fluminense… e o interesse comum não fica acima dos interesses clubísticos. Eu acho que foi um dos problemas.

A fala de Mazella merece uma maior atenção. O Clube dos 13 foi como ficou conhecido a "União dos Grandes Clubes Brasileiros", como fora registrado oficialmente em sua fundação. Porém, essa união foi enfraquecendo-se desde o fim do campeonato brasileiro de 1987. O campeonato de 1988 teve um aumento para 24 clubes. A média de público voltou a cair e a Rede Globo, principal parceira comercial e na mídia, rompeu o contrato de 5 anos com o Clube dos 13[102].

Algumas das mudanças pleiteadas foram conquistadas, como a criação de um Conselho Arbitral na CBF e nas federações, uma pareceria entre os clubes e as redes de televisão, parcerias e patrocínios privados de clubes e campeonatos, além do artigo 247 na Constituição Federal de 1988, o qual garante a autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações[103]. Mas apesar dos ganhos, a autonomia dos clubes em relação a CBF ainda não aconteceu, no que Helal trata como o dilema brasileiro. Tal dilema trata do conflito entre as relações pessoais e as leis universais que garantem a igualdade, sem privilégios pessoais e de família observada por DaMatta na sociedade brasileira. Esse dilema espelha-se no futebol quando revelam-se o tradicional sistema de relações pessoais e políticas de troca de favores que mediam a organização do futebol brasileiro. Na atual estrutura política da CBF – a mesma de 1987 – as federações são amplamente favorecidas em troca de seus votos. Da mesma forma, as federações proporcionam às pequenas ligas e clubes do interior um poder de decisão maior do que o dos grandes clubes, numa barganha a qual as relações pessoais e troca de favores corrompem o processo eleitoral das entidades. Quando o Clube dos 13 ousou quebrar essa "tradição", intensificou-se a luta pela manutenção da ordem.

Essa tensão entre "tradicional" e "moderno", "pessoal" e "público" descredibilizam as instituições brasileiras. O mesmo comportamento pode ser observado em relação à política e à CBF. Como veremos logo adiante, outra participação de um ouvinte, dessa vez favorável ao Flamengo, apontando para a desorganização da CBF como a principal causa da discórdia.

---

[102] Helal, op. cit., nota 84.

[103] <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_217_.asp> Acesso em julho de 2016

> Rafael Monteiro: - Mazella, o Nilton de Barreiras-Ba, está comentando sobre a questão de 87 que sempre gera muita polêmica, vamos escutar um pouquinho o Nilton:
>
> [Mensagem de áudio do ouvinte]
> Nilton: - Sobre 87, eu perguntei pra um vascaíno, pro corinthiano, palmeirense, pro são-paulino, [torcedor do] fluminense e eles falaram que se fossem eles também seriam campeão [sic], porque que o Flamengo não é? Problema da CBF que não soube organizar as coisas, viu? Então… não tem mais papo, Flamengo é campeão e acabou!

Logo após a participação do ouvinte, Ricardo Mazella pergunta-me sobre o regulamento e sobre o cruzamento dos módulos. Explico sobre a atuação do Clube dos 13 na luta pela organização de um campeonato com seus filiados e da CBF no mesmo papel em relação aos clubes que vieram a formar o módulo amarelo, já tratado no capítulo anterior. Ao que conclui, Mazella diz "Ou seja, onde a CBF mete o dedo, lambança." O desprestígio da CBF na década de 1980 ainda é visto nas falas sobre o brasileiro do período. Nesse momento é feita uma confusão:

> Paulo Garritano: - [...] Agora só pra tirar dúvida ou botar mais fogo. Depois de 87, quando que um clube da primeira divisão teve que jogar com um clube da segunda divisão pra ser campeão, meu amigo?
>
> Rafael Frazão: - Nunca.[104]

Nas palavras de Garritano encontramos mais um argumento usado em favor dos defensores do Flamengo e do Clube dos 13, a ideia de que havia duas divisões, portanto, dois campeonatos distintos. Mais uma vez é ignorado o acordo firmado pelo representante do C13 com a CBF que reconhecia o módulo amarelo e acertava o cruzamento entre módulos. Durante as negociações evidenciou-se a tensão entre a organização "moderna", ou seja, profissional e racional e a resistência "tradicional", que seria mais "amadora" e "passional". Mais uma vez o dilema brasileiro na organização do futebol brasileiro. Uma organização baseada num política de troca de favores que sustenta o poder político da CBF e das federações, mas incapaz de gerir a crise dos grandes clubes brasileiros. Já estes, reconhecendo seu capital simbólico, buscam sua autonomia e a profissionalização do futebol. Ao final do

---

[104] Na Copa João Havelange (2000), o equivalente ao campeonato brasileiro do ano, era previsto em seu regulamento o cruzamento entre clubes de 4 módulos diferentes: azul, amarelo, branco e verde. Cada módulo teve um número diferente de participantes e também a sua fórmula de disputa. Os módulos foram divididos com base na divisão de escalão da edição anterior, porém foram compostos incluindo times de outras divisões, para que não representassem totalmente escalões inferiores, fazendo com que no ano de 2000 não existisse Séries A, B e C. A reunião dos 116 clubes formou uma única divisão e apesar de os módulos não terem o mesmo peso, todos eles faziam parte do certame. Nessa ocasião, os clubes respeitaram o regulamento.

debate, a solução comum à história brasileira: a conciliação, baseada em relações de favores e compensações. A persistência das divergências ainda hoje quanto ao regulamento e ao campeão é o resultado mais evidente dessa falta de ruptura e a razão para a mudança de sentido no debate.

Em seguida, continuamos:

> Ricardo Mazzella: - Pra você quem foi o campeão em 87, Pedro Pontes?
>
> Pedro Pontes: - Eu posso responder de uma maneira diferente?
>
> Ricardo Mazzella: - Pode, só não pode se alongar
>
> Pedro Pontes: - Nenhum time depois desse de 87, teve um time como esse, que era: Jorginho, Leandro, Edinho e Leonardo; Aílton, Andrade, Zico e Zinho; Bebeto e Renato Gaúcho. Se teve algum time melhor que esse depois de 87, aí o Sport será campeão. [Posteriormente o comentarista lembra do goleiro Zé Carlos, esquecido a princípio]
>
> Paulo Garritano: - E outro detalhe: existe claro o regulamento, existe o argumento de que os clubes assinaram e aceitaram essa proposta da CBF… Agora, existe o bom senso, né meu amigo? O bom senso pode estar acima disso tudo e é claro que a justiça também deve agir com bom senso e o Rafael vai explicar que continua na justiça. Explica aí, Rafael.
>
> Rafael Frazão: - O Flamengo entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal recentemente pedindo uma nova análise dessa decisão da justiça favorável ao Sport que o declarou como único campeão de 87.[105]

A tensão modernidade e tradição mais uma vez é observada aqui. Ao apelar para um bom senso, fala-se na realidade sobre a manutenção de privilégios no lugar de um ideal de justiça e igualdade inerentes à modernização. Contrariando a própria lógica do futebol, a qual valoriza-se os méritos dos vencedores, o argumento do bom senso valoriza a tradição e o status de um dos clubes, buscando legitimar o discurso ao apontar pra escalação de sua equipe base com 9 jogadores com participação em Copa do Mundo pela seleção brasileira[106]. Se os estudiosos que apontam para o esporte na sociedade moderna como local de disputas simbólicas, no qual valores como justiça e igualdade são norteadores, a sociedade brasileira demonstra através do futebol as suas dificuldades na construção de sua democracia.

Ao final do programa, por volta do minuto 46, é possível notar mais uma vez o destaque dado pelos torcedores ao tema. Além disso, a opinião comum fica exposta, levando Mazella a apresentar pela primeira vez no programa um argumento em favor do Sport.

---

[105] O programa foi ao ar antes da decisão Supremo Tribunal Federal em negar o recurso do Flamengo.

[106] Zé Carlos e Renato Gaúcho na Copa de 1990; Jorginho em 1990 e 1994; ; Leandro em 1982; Leonardo em 1994 e 1998; Zinho na Copa de 1994; Edinho e Zico em 1978, 1982 e 1986; Bebeto em 1990, 1994 e 1998.

> Rafael Monteiro: - Dimas Canteiro de Bela Vista, diz: Mengão campeão de 87! Hexacampeão sempre! […]
> […]
> Ricardo Mazella: - Você que fez a pesquisa, das várias participações, o pessoal participou… como foi… 80/20… como é que foi?
>
> Rafael Monteiro: - Foi 80 a 20 Flamengo campeão de 87.
>
> [Ricardo Mazella corrige o repórter Rafael Monteiro, alertando que era o resultado de uma pesquisa do programa sobre a Libertadores da América]
> […]
> Ricardo Mazella: - Pedro Pontes flamengo, Paulo Garritano flamengo, Rafael Monteiro flamengo, entro no estúdio o Amauri [operador de áudio] que é flamengo, o nosso convidado Rafael Frazão flamengo… Só ia dar Flamengo! Eu e Barrucha [presente no estúdio] somos tricolores […] Eu sou a favor da legalidade, tinha que ter o cruzamento!
>
> Pedro Pontes: - Você lembra de algum jogador do Sport campeão em 87?
>
> Garritano: - Ele estava se segurando o programa inteiro. Eu estava duvidando que ele fosse terminar o programa sem falar esse tipo de coisa, entendeu? Falar essa barbaridade.

Ao falar sobre legalidade, Mazella nos obriga a retomar uma tensão presente ainda na fundação do Clube dos 13, que era sobre a legalidade x legitimidade. Para auxiliar na compreensão dessas categorias, recorro a tipos ideais no sentido de Weber, construções teóricas que criam abstrações exageradas de certas características da vida social.[107] As motivações dos envolvidos nem sempre são diretamente observáveis, por isso é necessário lançar mão da interpretação. Obviamente, os discursos no interior das duas categorias não são isentos de contradições. Esses tipos ideais são construções exageradas que nos auxiliam a compreender as motivações. Os representantes do Clube dos 13 se apresentavam como um movimento legítimo para a salvação do futebol brasileiro em crise, como já dito anteriormente. Todavia, os mesmos reconheciam sua possível ilegalidade. A lei não permite aos clubes abandonarem a CBF sem sofrerem graves consequências. A FIFA não reconhece clubes desfiliados de suas confederações nacionais e sendo assim, não poderiam participar de torneios de clubes filiados a FIFA, excursionar ao exterior para torneios amistosos – o que na época constituía importante fonte de renda para os clubes brasileiros – e seus jogadores ganhariam passe livre automaticamente[108]. A disputa entre o legal e o legítimo foi a base para

---

[107] WEBER, Max. *Economia e sociedade.* Brasília: UNB, 1994.

[108] A Lei nº. 6.354/76 dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol. O Art.11 que institui o passe diz: "a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes". O passe consiste numa liberação dos serviços do profissional, que sem essa cessão de direitos não poderá transferir-se de empregador. O

as negociações entre a CBF e o Clube dos 13. Ao romper esse equilíbrio gerou-se a divergência que observamos aqui.

Contudo, é importante revelar as palavras de Ricardo Mazella ditas fora do ar. Com os microfones desligados, ao ser questionado por Garritano, o radialista confessa que considera o Flamengo campeão de 1987, porém, como torcedor rival, nunca falaria sobre isso no ar. Duas questões podem ser levantadas a partir disso: a relevância das palavras de um especialista para o público e o tom jocoso que envolve o debate entre os torcedores.

Fornecendo não apenas dados sobre o momento presente, mas também "resgates" de grandes momentos do passado, comentários — mais ou menos tendenciosos — sobre os eventos em curso e comentários diversos sobre fatores intra e extracampo, o campo discursivo midiático agenda o campo discursivo futebolístico no cotidiano, evidenciando certos clubes, destacando certas situações – no nosso caso os novos recursos na justiça – e promovendo o debate em sucessivas edições diárias de jornais impressos e programas de rádio, televisão e internet. É evidente que não há aqui uma "manipulação" da opinião pública, uma vez que, como acabamos de constatar, os torcedores discordam com frequência das interpretações midiáticas. Somente há convergência de interpretações quando o discurso midiático dá razão ao "time do coração". A lógica aqui é a da adesão irrestrita ao próprio clube, em particular diante de torcedores adversários, o que implica o rechaço instantâneo de qualquer afirmação que a contrarie. Todo esse imenso volume de informações midiáticas disponíveis sobre o futebol, o constante fluxo de informações decorrente da tematização jornalística das editoras de esportes e temos a base do debate e relações de sociabilidade entre os torcedores[109]. A cada nova notícia sobre recursos julgados nos tribunais, elas são veiculadas em mídias de todo o país, permanecendo como o principal elemento de renovação do repertório para a construção de novas memórias sobre o mito da Copa União de 1987. Dessa forma, ganha-se importância as palavras ditas por Mazella fora do ar, pois mostra-se consciente da relevância de sua função. Por outras palavras, as palavras de um profissional da mídia sedimentam o debate, colaborando para a construção de uma memória coletiva que reforça a lógica tradicionalista brasileira, ainda que propagandeie a sua face oposta, a necessidade de modernização e racionalização do futebol brasileiro.

---

principal problema da questão do passe era que mesmo com a extinção do contrato de trabalho, mantinha-se o vínculo do atleta com o clube. O profissional ficava atrelado ao clube enquanto a quantia exigível não fosse depositada. Essa lei foi revogada em 1998, no que ficou conhecida como Lei Pelé.

[109] DAMO, Arlei Sander. *Do dom a profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França.* São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

O mesmo posicionamento pode ser percebido nas palavras do jornalista Waldir Luiz:

> Eu acho que uma briga, rapaz… eu acho que a justiça deveria mandar jogar duas partidas entre o Flamengo e o Sport pra acabar com isso. Porque não se cumpriu o regulamento. O Flamengo mereceu, na minha opinião, posso até falar com muita sobriedade, pois eu não sou flamengo, eu tô falando em cima da razão, não da paixão. Acho que o Flamengo mereceu o título, tinha um grande time, só acho que o Sport também tinha um grande time, comandado pelo Émerson Leão que tava iniciando a carreira de treinador. O que teria que acontecer é que o Flamengo e o Sport, eles fizessem o jogo, o Flamengo não quis jogar e a CBF deu aval. Então é uma briga que vai durar… olha temos aí vinte e … vai fazer vinte e oito anos em 2015 e até hoje não tem uma decisão. O Sport diz que é campeão e o Flamengo diz que é campeão. As torcidas comemoram.[110]

Ao falar sob a voz "...da razão, não da paixão", o jornalista estabelece uma separação entre os profissionais isentos, detentores da razão e os torcedores apaixonados, incapazes de um distanciamento crítico. Essa postura tende a arraigar uma estrutura profunda da consciência coletiva. Dessa forma, a mídia esportiva exerce os seus efeitos políticos mais decisivos e assume sua posição como fomentadora de opiniões.

3.2 **Os torcedores**

A última decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o recurso do Flamengo foi amplamente divulgada na TV, nos jornais, nas rádios e nos sites. Atualmente, os sites oferecem um espaço para comentários sobre as suas notícias. Selecionamos o site da ESPN Brasil e Globoesporte, dois dos maiores sites esportivos em cobertura e por número de acessos e comentários. O que vemos no geral, para além das provocações jocosas e ofensas entre rivais, é um debate sedimentado pelo discurso da mídia.

Entre a noite do dia 04 de abril do ano de 2016 e a noite do dia seguinte, foram postados 88 comentários no site da ESPN. O conjunto das postagens produz uma espécie de narrativa em espiral, pois a interlocução avança agregando informações e novos pontos de vista, mas seguidamente retomando certos temas. As jocosidades clubísticas são uma constante, enquanto são retomadas, de tempos em tempos, discussões acerca da necessidade do julgamento, rivalidades clubísticas, críticas aos dirigentes de futebol, o prolongamento do caso na justiça, entre outros. Analisando esse material, fica explícita a má reputação da elite

[110] Entrevista cedida ao autor.

dirigente do futebol.

Carlos Roberto De Oliveira Junior

Como todos meus comentários aqui no site esse também será imparcial. Sou Flamenguista. A grande verdade é que flamengo tem motivos pra se declarar campeão e o Sport também. São dois clubes grandes no Brasil independente de um ser maior que o outro.

A grande verdade é que uma briga política ridícula da época prejudicou os dois clubes que tinham bons elencos. O certo seria os dois clubes entrarem em acordo e aceitarem dois campeões.

Até porque o Inter q foi vice também se recusou a jogar com o Sport sem ter nada a perder.

Enfim, se entendam e aceitem que 87 foi uma bagunça e teve dois campeões

Alvaro Pereira

Prezado Carlos Roberto,

Quem é esportista e futebolista e viveu aquele época, sem ser anti por ser, sabe que o verdadeiro campeão foi o Flamengo. A cbf marcou o quadrangular entre os dois primeiros da série A (verde) e os dois da série B (amarelo) para o início de 1988. Foi mais um absurdo dessa cbf. é um direito seu, mas discordo completamente de sua tese, faz o seguinte, considere o Sport campeão de verão de 1988 ao vencer um jogo só, que foi contra o Guarani.

Greiqiano Alves

Alvaro Pereira você está errado. O verdadeiro campeão é o Sport. Isso porque o campeonato brasileiro de 1987, também conhecido como Copa União, teve dois módulos na série A e dois módulos na série B, a saber:

Série A: Módulo Verde (com nome oficial de Troféu João Havelange), vencido pelo Flamengo e tendo como vice-campeão o Internacional;

Módulo Amarelo (nome oficial: Troféu Roberto Gomes Pedrosa), que teve como campeão o Sport e vice o Guarani.

Série B: Módulo Azul e Módulo Branco

Antes do campeonato começar ficou decidido que o campeão e vice campeão de cada módulo (Módulo Amarelo e Verde) iriam disputar um quadrangular final, e o time com mais pontos seria o campeão da série A, ou Copa União. No entanto, Flamengo e Internacional decidiram não disputar o quadrangular final, perdendo as suas partidas por W.O. Isso porque o Clube dos Treze, que inicialmente tivera aceitado a proposta de uma série A com dois módulos, no decorrer do campeonato voltou atrás e passou a considerar o Módulo Verde como série A e o Módulo Amarelo como série B.

Então o Flamengo é o campeão do Módulo Verde, ou Troféu João Havelange. Já o Sport é o campeão do Módulo Amarelo, ou Troféu Roberto Gomes Pedrosa e campeão da Copa União.

Como o Clube dos Treze não organizou o campeonato, tal entidade não tem poder para definir qual módulo é a série A ou a série B, e sim a CBF, que foi a entidade que organizou o torneio. Portanto, essa história de que o Sport disputou a série B de 1987 e o Flamengo disputou a série A não é correta. O correto é que os times dos Módulo Amarelo e Verde disputaram a série A de 1987.

PORTANTO SPORT É SIM O CAMPEÃO DA COPA UNIÃO DE 1987, COM O GUARANI COMO VICE.

Wanderson Costa

Correto. Nem um clube nem outro podem pagar pela incompetência da CBF e de dirigentes.

Ivania Alain

Alvaro Pereira mas o sport empatou e disputou penaltis contra o guarani, jogo que nunca acabou e o título foi dividido sport campeão junto ao fla? sou RN e para mim isso só mostra como estamos atrasados e este título de 87 dado ao sport tem 2 motivos, para agradar a federação pernambucana e para desmoralizar o campeonato de 87 que foi organizado pelos clubes e foi um SUCESSO ENORME, no fundo meu caro isso só serve para mostrar como os clubes não estão nem aí uns para os outros e se for a seu favor blza, quando na verdade eram para todos estarem unidos e legitimando a competição, formando um nova liga e se tornando independentes destas federações e CBF. SRN.

Ivania Alain

Greigiano Alves e foi acertado por quem que haveria as disputas entre os vencedores de cada módulo?? cbf??? que não tinha dinheiro para fazer o campeonato?? que pegou dinheiro da globo para aí sim vir querer meter o bedelho??? essa cbf dos dirigentes corruptos?? do 7 a 1?? continua pensando assim que vc está certinho, ahh e aproveita e vai PESQUISAR o que de fato ocorreu em 87, mas não na band, globo, pesquisa matérias feitas por jornalistas sérios. SRN.

Carlos Bandeira

Ivania Alain esse jogo que vc ta falando foi anulado e um outro realizado com a vitória do sport por 2 x 1 se nao me engano... eu não sei se vc citou isto porque desconhece os fatos ou se quer apenas zonear as discussões

Carlos Bandeira

Alvaro Pereira prezado Álvaro quem não é vendido para a mídia sabe que isto não é verdade. Como disse nos outros comentários é desonestidade apoiar o trapaceiro apenas porque lhe interessa. A verdade é que houve um regulamento. Assinado por todos. PARA mim nem precisaria um regulamento escrito bastaria um aperto de mãos para que pessoas honestas o cumprisse... O Fato é que o Fla não entro em campo na data e hora marcada e perdeu por WO

Ivania Alain

Heldemys Da Costa Medina qual regulamento??? amigo a cbf FALIDA na época viu a besteira que fez e impôs aos clubes(na verdade tentou) foi uma grande queda de braço e um detalhe curioso já que vc é tão bem, informado talvez saiba a resposta, quem emprestou dinheiro a cbf para ela conseguir organizar a competição??? não era a cbf atual multimilionária… que lucra muita mais que os clubes, aperto de mão basta? então pensa assim aperta a mão do Eurico ou outros cartolas e acredita neles, estamos falando do futebol brasileiro meu caro, honestidade passa longe, em 87 era pior ainda, mas uma coisa vc tem razão como é que os clubes assinaram uma competição sem ao menos saber o regulamento ao certo, isso só prova o amadorismo da época, foi uma queda de braço entre clubes, federações e cbf e quem perdeu realmente foi o nosso futebol. SRN.

Ivania Alain

Carlos Bandeira houve a disputa mais como a competição era "ultraorganizada" os times se deram conta que poderiam dividir o título, em questão e não precisariam disputar os penais, essa é a realidade, mas poderia continuar debatendo com vc, mas o fato de vc dizer que a cbf não estava falida na época me espanta, não era a cbf da nike e dos contratos milionários, e aí vc diz que ela poderia organizar o torneio, sério? depois dessa parei! SRN.

Carlos Bandeira

Ivania Alain Como eu disse ao outro... DIGNIDADE MEU CARO... é pedir demais para flamenguistas? Não é nada disso que você tá dizendo, a CBF não estava falida até porque era um órgão ligado ao governo e gerenciava, como gerencia até hoje as competições, até mesmo o campeonato de 2000 teve que ter o aval e o reconhecimento da entidade, sem o que não teria validade. Imagina todo time fazendo suas próprias competições, através de associações. Iria ser uma zona, iria ter time campeão de bola de gude querendo ser campeão brasileiro.

E não é isto que está sendo discutido, você está usando dos mesmos artifícios daqueles que não tem argumentos para defesa. No direito existe uma expressão para isso: JUS EXPERNIANDIS... Mas tal argumento não dá direito ao mérito.

Não adianta nada se extender em discussões intermináveis, o apelo emocional é um recurso PATÉTICO, se é a única alternativa que você tem é melhor sim PARAR. Se ainda houver recurso, que seja, é direito do FLA pedí-lo. Mas não há em que se sustentar, é gastar recursos da entidade que poderiam ser empregados em outras áreas. Eu sei que você já é grandinho(a) o suficiente para pesquisar e chegar às conclusões verdadeira, se e somente se você quiser.

Ivania Alain

Carlos Bandeira "dar o aval da competição" o mesmo "aval"que a ferj por exemplo quer dar a primeira liga? cbf não estava falida pq era um órgão ligado ao governo, te aplaudo de pé aqui viu(SQN) vc generaliza como se "flamenguistas" fosse todos alienados e sem argumentos e depois vem falar de discussão na linha emocional, tá "serto" amigão, para começar não é essa a grande discussão muito menos nos termos

> jurídicos que se encontra hoje, vou parar mas não por falta de argumentos mas sim pq não vale a pena, mas enfim faz o seguinte pesquisa aí o que jornais noticiaram entre 86 e 88, ahh é mesmo a mídia não vale, não são sérios tenho que acreditar na cbf...OK.SRN.

Nesse primeiro exemplo apresenta-se como norteador do debate a falta de credibilidade da CBF e a sua crise nos anos 1980, evocando diretamente a crítica ao amadorismo da entidade, na constante tensão entre tradição e modernidade, usado pela mídia esportiva a época da realização do torneio e ainda presente nas falas atuais. As disputas entre o Clube dos 13, as federações e a CBF são lembradas em busca de uma justificativa para a quebra do regulamento, já que ainda permanece como "item obscuro" para muitos o cruzamento de módulos para decidir o vencedor do campeonato. É interessante notar que a ignorância sobre o regulamento partiu da própria mídia, o que gerou a informação equivocada de que a CBF interferiu na organização do campeonato exigindo o cruzamento após o seu início de sucesso. Dessa forma, passa-se a ideia de que o Clube dos 13 adotou o boicote como uma recusa a ingerência da CBF sobre o seu campeonato.

Outro fator interessante a ser notado é a lealdade ao clube. No primeiro e no quarto comentário, por exemplo, não há questionamentos quanto à decisão da justiça, mas é feita uma proposta que iria contra essa decisão, que seria o reconhecimento dos dois clubes como campeões. Ambos flamenguistas, por sua lealdade ao clube, não admitem em hipótese que o seu clube saia desfavorecido com a sentença final. A lealdade e a fidelidade ao clube são sentimentos que fazem parte da cultura futebolística no que podemos chamar nas palavras de Dalmo (2005) de clubismo, que traz o sentimento de pertencimento ao torcedor. O "pertencimento clubístico" é, no Brasil, uma escolha importante, frequentemente mediada na infância por relações familiares e que inscreve o torcedor em um complexo sistema de classificações, que estabelece aliados e adversários instantaneamente, articulando lógicas identitárias em âmbito local, regional, nacional e internacional.

Na mesma notícia no portal da ESPN, podemos ver uma outra direção pro debate.

> ***Vinicius Soares***
>
> Sinceramente não há como confiar na Justiça no Brasil...o que a Justiça fez nesse caso até hoje é a mesma coisa que ver uma pessoa nitidamente assassinando outra perfeitamente identificável e não condenar....uma coisa que todo mundo que era vivo viu na época e que

não haveria campeonato se fosse pela CBF que desistiu de organizar o torneio, o Clube dos 13 organizou, começou a render bem porque não tinha politicagem é só tinha jogão, aí a CBF tentou meter a mão e tentou mudar o regulamento...o Flamengo foi campeão em cima do Internacional e acabou, eu vi ninguém me contou, não havia cruzamento com segunda divisão previsto, que nem for ganha por esse clube ridículo de Recife, como havia na Taca João Havelange...se a Justiça não quer considerar, que se dane, uma coisa esses julgadores não vão me tirar, a memória!

Carlos Bandeira

Tenho 53 anos, vivi a época. na época tinha mais de 20 anos, me lembro muito bem e não foi como você disse, não é assim que está nos registros. O campeonato de 1986 tinha quase 50 clubes. Ainda naquele ano a CBF já tinha avisado que em 1987 seria somente com 26 clubes, nos moldes Europeu. Em nenhum momento a CBF desistiu de fazer o campeonato, isto é MENTIRA contada pela mídia e por aqueles que querem só zonear.

O problema é que o BOTAFOGO ficou fora dos 26 e deu margem para essa briga do clube dos 13.

Porém, o flamengo assinou o acordo para realização, todos os clubes assinaram e concordaram com o regulamento que previa o cruzamento entre os módulos.

Só que o FLA queria um jogo único contra o SPORT. Isso você não disse.

Não há onde o FLA se apoiar nessa discussão, todas as provas estão contra. É vergonhoso ver as pessoas defenderem uma coisa apenas porque LHES INTERESSA. Faço um paralelo disso com a política.

Não se pode defender o desonesto, o trapaceiro, aquele que não segue as leis. Se você espera que em outros campos seja assim, porque não no esporte também?

Vinicius Soares

Carlos Bandeira desculpe amigo também vivi a época, o problema é que o seu ódio pelo Flamengo deve deturpar algumas coisas em sua memória, dentre as várias não me lembro quantos times aquele campeonato abrigaria (não vou inventar como você), mas tenho certeza que a CBF desistiu do campeonato. Ele foi criado pelo C13 junto com a Globo (que financiou o campeonato). O campeonato começou sem nenhum cruzamento previsto, o cruzamento foi proposto pela CBF assim que viu que o Campeonato seria um sucesso, o que houve é que ninguém aceitou isso no C13. Mais adiante, a CBF propôs novamente e dessa vez não estava como representante do C13 o Aidar do SPFC, estava o Eurico

> Miranda que aceitou à revelia do C13, tanto é que quando ele colocou isso em Assembleia, após assinado, quase todos os componentes rejeitaram, e o cruzamento não foi aprovado, NUNCA FOI. E só para sua ciência, ou sua memória "seletiva" se lembrar, o cruzamento proposto era para decidir a vaga na Libertadores e NUNCA o Brasileiro. Quando o campeonato acabou (o que a CBF chamou de módulo verde) a CBF convocou o campeão e o vice dele e do campeonato dela (que ela chamou de amarelo), como Flamengo e Internacional (respaldados por todos os componentes do C13 praticamente, inclusive o seu time provavelmente) não se apresentaram, ela deu as vagas na Libertadores (acho até correto, porque as vagas eram dela, o Campeonato NÃO) de forma correta e o título, que nunca foi prevista disputa. É importante lembrar que esse cruzamento foi tão "bem organizado e correto" pela CBF que o vice da série B nunca foi chamado (só para lembrar a sua memória seletiva, não houve campeão da série B, a disputa de pênaltis foi interrompida de comum acordo e os dois foram declarados campeões, ou seja, não houve vice campeão, então deveria ter sido chamado quem perdeu para os dois nas semifinais, já que não houve disputa do terceiro)...Não sei o que você conta para seus filhos para disseminar ódio meu amigo, mas infelizmente para você, ao contrário desse Meritíssimo Juiz que julgou isso daí, eu conheço essa história TODA. E há vídeos sobre tudo isso. SRN

Nesse outro debate notamos um apelo à memória como fonte. Oficialmente, cada clube tem sua própria história marcada por títulos, vitórias e derrotas inesquecíveis, enfim, uma série de eventos e mitos recorrentes na memória dos torcedores. Tais eventos e mitos são estruturalmente identificados com determinada época, local e múltiplos personagens, dentre os quais o narrador – no caso o torcedor – sempre ocupa um lugar de destaque.

Ainda em Damo (2005), podemos ver que trata-se, antes de mais nada, de um ajuste, de um ordenamento cujos objetivos não se limitam a elaboração de uma narrativa na qual o sujeito se reconhece enquanto pertencente à trajetória do clube – ou parte dela – mas, seguidamente, a adequação desta última numa perspectiva individualizada, condizente com a visão de mundo de um sujeito que se percebe além da condição de torcedor, como parte da vida do clube. Neste processo, a trajetória do clube pode e tende a ser constantemente recriada, eliminando-se eventuais contradições entre valores considerados primordiais em outras esferas da sociedade e aqueles praticados pelo clube enquanto instituição, como apontado pelo torcedor “Não se pode defender o desonesto, o trapaceiro, aquele que não

segue as leis. Se você espera que em outros campos seja assim, porque não no esporte também?" Desta elaboração emergem as contraposições e particularidades que tornam as discussões futebolísticas atraentes, reveladoras e também imensuráveis; pode-se começar pela indefinição de um título e trinta anos depois ainda não se chegar a um consenso e nem sequer tê-lo em vista.

3.3 **Comunidade imaginada**

Um dos principais motivadores para a continuidade desse debate é o sentimento de comunidade que ele opera entre as torcidas. Nos termos de Anderson (1989), trata-se de uma comunidade imaginada. A compreensão das torcidas dessa forma é uma visão amplamente compartilhada nos estudos sobre o futebol no Brasil, seja em nível de clubes, de cidades, regional, ou, principalmente nacional.

Como vemos em DaMatta(), a filiação futebolística no Brasil é um aspecto tão importante quanto a família e torna-se a primeira forma de identidade fora dela para uma criança. Como aponta Dalmo (2005), geralmente essa escolha está vinculada a aspectos familiares, o que permite a transmissão de valores como lealdade e fidelidade ao clube, segmentando a sociedade em "coletividades individualizadas e compactas" (Souza, 1996). Conforme Helal:

> "uma nação é também uma construção cultural, (...) uma 'comunidade imaginada', amarrada a símbolos, rituais e práticas que unem a população em celebrações periódicas com um forte sentido de coletividade. Os esportes de massa modernos possuem um papel importante na formação e reforço deste sentido de coletividade, de nação, de um 'nós', que se situa acima e além das consciências individuais de cada um"[111]

Os clubes, portanto, devem ser pensados entre si a partir da constatação de que são comunidades imaginadas; o clube é uma dimensão simbólica, constituída cultural e historicamente ele próprio ao longo dos anos e em constante construção. Eventos como o tratado nesse trabalho é um dos agentes de mediação dessa identidade coletiva.

---

[111] HELAL, Ronaldo. "Estádios Vazios, Ausência de Ídolos: Notas para uma Reflexão sobre a Crise do Futebol Brasileiro". In: Futebol: 100 Anos de Paixão Brasileira (Pesquisa de Campo) (0), Rio de Janeiro, Departamento Cultural/UERJ, 1994, p.61.

A ideia de comunidades imaginadas é trabalhada por Anderson (1989), no conceito de nação como uma comunidade política imaginada na qual seus membros pensam sobre si e se relacionam com os outros a partir do sentimento de identidade coletiva. Apesar de ser uma construção simbólica, ela é consolidada em uma ideia concreta. Assim como as nações fundamentam seu sentimento de pertencimento a partir dos limites de um território, a comunidade imaginada do futebol gera essa concretude a partir do outro. As torcidas das equipes de futebol são limitadas, pois também existem outras, além das "fronteiras clubísticas", de bairros, de cidades, de municípios, de Estados, de regiões ou de Nações. Isto significa que as torcidas de futebol, onde quer que apareçam, serão sempre relacionais, com a identidade do torcedor derivando da definição em relação a um outro.

Por fim, as torcidas são comunidades formadas pelo sentimento de pertencimento a um clube, além de uma relação fraterna com os que compartilham da mesma escolha. As torcidas, assim como as nações, são compostas por uma massa heterogênea capaz de gerar uma unidade ou uma totalidade única em si própria.

Ao entendermos os clubes como comunidades imaginadas, falamos também sobre tensões geradas entre essas comunidades. Essas tensões variam de graus de acordo com o fundamento básico das diferenças. As rivalidades clubísticas brasileiras surgem no início do século XX, basicamente, na questão da classe social. Porém, devemos considerar a rivalidade histórica, própria da disputa esportiva. Flamengo e Sport não alimentavam qualquer tipo de rivalidade anterior a 1987, época em que os campeonatos estaduais ainda tinham grande prestígio junto aos torcedores, o que acirrava as rivalidades locais. Como aponta Franco Jr. "a lógica de todo clube, como de toda sociedade, é seu reconhecimento por parte dos congêneres, é a afirmação e difusão de seu poder. As vitórias esportivas, em certo sentido, não são objetos últimos, e sim os instrumentos privilegiados para o fortalecimento clânico."[112] Naturalmente, com a expansão das disputas a nível nacional, novas rivalidades a partir de eventos marcantes como o campeonato brasileiro passam a surgir.

A rivalidade passa a ser um dos elementos fomentadores do debate e também da própria construção da memória de ambos os lados. A atuação mais ativa e intensa nesses espaços são daqueles torcedores que mais consomem seu clube, para além do espaço-tempo de uma partida de futebol ou de um campeonato. A esse torcedor engajado[113] que se direciona o nosso debate; um público militante, não necessariamente pela frequência aos estádios, nem

[112] FRANCO JR., op. cit., nota 79.
[113] DAMO, 2007. Op. cit. nota 108

mesmo pelo vínculo a grupos organizados, mas emocionalmente engajados a ponto de estenderem as emoções vividas no espaço-tempo do jogo para além dele.

Souza observa a presença de um conceito de soberania entre as torcidas de uma forma virtual.[114] Ao definirmos soberania como a propriedade de fazer valer um conjunto de "leis" específico dentro de um determinado território, também encontraremos soberania no âmbito das torcidas de futebol. Isso em função da própria virtualidade que são os territórios de cada torcida. As comunidades como tem seus espaços limitados pela existência das outras, então essas leis definem um comportamento no que é um espaço virtual, ou seja, um comportamento ou uma postura adequada ao seu time. De certo, cada torcida possui um código de regras que vigora em tempos específicos e/ou em determinados espaços, de forma a demarcar a sua identidade e os seus torcedores como embaixadores dessa coletividade.

Os presidentes dos clubes da elite do futebol brasileiro são todos torcedores. Nenhum dos clubes da primeira divisão brasileira deixou de ser associação desportiva pra se tornar um clube-empresa, o que tem como um de seus efeitos práticos o veto a cargos remunerados para a diretoria. Embora atualmente alguns clubes busquem uma gestão profissional, esses mesmos dirigentes têm como principal, e talvez a única, motivação a sua paixão. Em uma participação no programa Bola da Vez, da Espn Brasil, o presidente do Flamengo Eduardo Bandeira de Mello respondeu sobre a última decisão da justiça sobre o assunto:

> "Nessa caso aí de 87, eu não estou muito preocupado com a posse física da taça das bolinhas e nem muito menos com o reconhecimento da justiça. Até por que o que está sendo discutido lá no STF, não é o campeonato de 87, o que é discutido é o direito da CBF reconhecer o Flamengo oficialmente como campeão. Só isso. O campeão de 87 é o Flamengo, todo mundo sabe. Os torcedores do Sport sabem também, mas isso faz parte do folclore, do bom humor pernambucano, que acha que o Oceano Atlântico é formado pelo encontro das águas do Capibaribe e do Beberibe. Que acha que a rádio Jornal do Comércio de Recife fala para o mundo e tal. E da boca pra fora acha que o Sport é o campeão brasileiro de 87, mas no fundo, no fundo, eles sabem que quando fala de Zé Carlos, Jorginho, Leandro, Edinho, Leonardo, Andrade, Aílton, Zinho, Renato Gaúcho, Bebeto e Zico, não tem outro campeão. Alguém sabe o time do Sport aqui? Lembra de algum jogador? Foi campeão do torneio lá que eles disputaram, módulo não sei de que cor. Não dá para comparar. [...] Eu me lembro de um jogador desse time, que se chamava Zico".[115]

A declaração do presidente está de acordo com as outras falas vistas até aqui, no que podemos interpretar como uma das "leis" de comportamento que o torcedor flamenguista

---

[114] SOUZA, M. A. de. Gênero e raça: a nação construída pelo futebol brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 6-7, p. 109-152, 1996.

[115] Disponível em <http://espn.uol.com.br/video/586694_bandeira-de-mello-diz-que-titulo-de-87-do-sport-e-folclore-pernambucano-nao-tem-outro-campeao> Acesso em julho de 2016.

deve ter no espaço de disputa que é o campeonato brasileiro de 1987. Para que o indivíduo se integre nessa rede e se torne efetivamente membro da comunidade, há sempre algum rito de passagem, cerimônia que assinala socialmente uma mudança de condição ou de lugar. Mais do que isso, é cerimônia que humaniza o indivíduo do ponto de vista da comunidade, quer dizer, atribui a ele imagem positiva segundo o sistema de valores da comunidade

Naturalmente, o depoimento de Bandeira de Mello gerou a reação do presidente do Sport João Humberto Martorelli:

> "Entendo que as brincadeiras são normais entre torcedores de clubes de futebol. Porém, a sociedade está precisando de líderes que respeitem as instituições. Tal provocação desrespeita o estado de Pernambuco, os pernambucanos e o Judiciário. Além disso, a colocação do presidente traz à tona a injusta fama de que os cariocas, em geral, não levam nada a sério"

Embora Martorelli faça a distinção entre torcedores e dirigentes, da mesma forma ele se situa nessa disputa e sua resposta torna-se necessária perante a sua comunidade, deixando claro os limites relacionais existente entre as comunidades e a existência de um comportamento a ser seguido entre os seus membros.

Para além da definição da disputa, devemos mais uma vez destacar a sobreposição do mito da qualidade esportiva e a da justiça, que permeia todo o debate e que tratamos como parte de um dilema do futebol brasileiro. Essa é uma boa indicação de como são pensadas também as categorias igualdade e justiça no Brasil, cuja a falta de uma limitação resulta na tolerância dos fluxos entre uma esfera e outra ou, o que é mais grave, da justiça para alguns sobre a igualdade, como é a regra no caso de nossa estrutura clientelista.

CONCLUSÃO

Optamos por apresentar no primeiro capítulo uma cena comum para muitos: torcedores em um bar assistindo uma partida de futebol. Uma partida que além das circunstâncias daquele evento ajudou a rememorar uma parte importante da história de um dos clubes e de seu torcedor. Surgiu então a principal questão para o nosso trabalho: como se constrói essa memória?

Com as reflexões e as fontes pesquisadas durante o trabalho pudemos formular hipóteses. A memória não é um dado imutável e neurológico. Analisamos aqui a construção de uma memória e para isso foi necessária a contextualização do nosso evento. Vimos que a gestão do futebol brasileiro fora marcada por um forte centralismo em seu comando, provocado, principalmente, pela intervenção do regime civil militar. Essa intervenção representou o uso político do futebol, como uma moeda de negociação num campo dominado pelas relações clientelísticas. Os clubes perderam a sua representatividade política e se viam submetidos a acordos tramados por um grupo restrito de presidentes de federações, em sua maioria políticos com base eleitoral em redutos do interior do país.

Ao final do regime, com necessidade de mudanças clamadas ao final da ditadura, o mesmo se observou no comando do futebol brasileiro. Porém, o futebol brasileiro passava por uma grave crise de credibilidade: eram constantes as mudanças nos regulamentos dos campeonatos para beneficiar alguns clubes, constante queda na média de público dos campeonatos, crise financeira da CBF e dos clubes e perda do interesse público pelo futebol, eram alguns dos fatores dessa crise. Clamava-se por uma modernização do futebol nacional tendo como exemplo os clubes europeus e sua adaptação ao modelo liberal.

Enquanto a CBF passava por uma crise financeira, os clubes já se organizavam para fazerem valer seus interesses, um desejo de autonomia de organização e funcionamento. A falta de confiança na capacidade dos dirigentes da CBF, aliada à pressão dos clubes por essa autonomia, levou os grandes clubes a fundar o Clube dos 13. As tensões entre os clubes e a CBF tiveram a organização do Campeonato Brasileiro de 1987 como principal cenário, o qual revelou a conturbada modernização do futebol brasileiro. A pretensa modernização futebolística manteve as estruturas de poder dos clubes e de federações e foi levada a cabo sem desarticular o poder dos velhos ou de novos dirigentes que ainda comandavam suas agremiações à maneira “tradicional”.

A autonomia dos clubes em relação a CBF ainda não aconteceu, no que tratamos como o dilema brasileiro. Tal dilema trata do conflito entre as relações pessoais e as leis universais que garantem a igualdade, sem privilégios pessoais e de família. Esse dilema espelha-se no futebol quando revelam-se o tradicional sistema de relações pessoais e políticas de troca de favores que mediam a organização do futebol brasileiro. Na atual estrutura política da CBF – a mesma de 1987 – as federações são amplamente favorecidas em troca de seus votos. Da mesma forma, as federações proporcionam às pequenas ligas e clubes do interior um poder de decisão maior do que o dos grandes clubes, numa barganha a qual as relações pessoais e troca de favores corrompem o processo eleitoral das entidades. Quando o Clube dos 13 ousou quebrar essa "tradição", intensificou-se a luta pela manutenção da ordem. O final do debate, a solução comum à história brasileira: a conciliação, baseada em relações de favores e compensações. A persistência das divergências reveladas em nosso campo quanto ao regulamento e ao campeão é o resultado mais evidente dessa falta de ruptura e a razão para uma ressignificação da memória da Copa União de 1987.

Vimos também, a influência da mídia esportiva para essa memória. A mídia esportiva é capaz de promover a tematização pública das disputas em jogo. Ao mesmo tempo, ela tem a sua autonomia, que a permite impor os limites à disputa ao próprio campo no qual opera a sua mediação. Dessa forma, a mídia tem o poder de redefinir as formas de sociabilidades dos torcedores, de criar novos sujeitos e de um outro espaço para as disputas. Esse processo de apropriação da mídia esportiva pelo tema da disputa faz com que em algum momento seja permeada por ela, no que ficou claro nas falas apresentadas em campo.

Por fim, porém não menos importante, notamos que as sociabilidades torcedoras também são responsáveis pela construção dessa memória. Ao entendermos os clubes de futebol como comunidades imaginadas nos atentamos ao conceito de nação o qual seus membros pensam sobre si e se relacionam com os outros a partir do sentimento de identidade coletiva. Assim, as torcidas são comunidades formadas pelo sentimento de pertencimento a um clube, além de uma relação fraterna com os que compartilham da mesma escolha. Ao entendermos os clubes como comunidades imaginadas, falamos também sobre tensões geradas entre essas comunidades. A rivalidade passa a ser um dos elementos fomentadores do debate e também da própria construção da memória de ambos os lados. Essa tensão é gerada em função da virtualidade que são os territórios de cada torcida. As comunidades como tem seu espaço limitado pela existência da outra, então essas leis definem um comportamento ou uma postura adequada ao seu time sempre em relação ao rival.

Em termos teóricos foram usados neste trabalho os conceitos de Bourdieu de *habitus*, campo, disputa e capitais. Podemos observar uma disputa simbólica pela memória da Copa União de 1987. Nesta disputa há duas importantes categorias que são as de modernidade e tradição, implícitos na fala dos defensores do Sport e do Flamengo, respectivamente. Esta disputa envolve relações de poder na qual deseja-se o reconhecimento do outro, estando em jogo os vários capitais. A síntese desse conflito reflete-se no capital econômico, social, cultural ou simbólico dos clubes.

Baseados na dicotomia tradição x modernidade, podemos apontar ainda a existência de dois discursos: a legitimidade e a legalidade. Para entendermos esses discursos torna-se válido criar tipos ideais no sentido de Weber, construções teóricas que criam tipo ideais de certas características da vida social. As motivações dos envolvidos nem sempre são diretamente observáveis, por isso é necessário lançar mão da interpretação.

Essas categorias auxiliam nossa análise no sentido em que encontramos um discurso de unidade entre as comunidades, embora possa haver contradições em seu interior. Através de nossos interlocutores observamos esses discurso como um dos elementos que caracterizam os membros de cada comunidade, revelando a maneira como pensam sobre si e desenvolvem as suas relações com os outros, a partir do sentimento de unidade gerado nesses discursos.

Porém, devemos ir além, já que apontamos para outros fatores de construção da memória sobre o evento. Essas mesmas categorias de discurso também foram observadas na mídia esportiva, já que é através da mídia que as falas são compartilhadas e confrontadas entre si, construindo os consensos e dissensos dessa experiência coletiva. Apesar da fala de profissionais da mídia ser questionada pelos torcedores quando ela é contrária ao seu time, ela tem a função legitimadora desses discursos ao pautá-los dentro do debate, sendo responsável pela mediação desses discursos.

A sedimentação desses discursos junto aos clubes infere diretamente na disputa pela memória do Brasileiro de 1987, ao passo que tornam-se fundamentos para a imposição de suas posições no campo, mesmo contra resistências. A esse respeito, podemos ressaltar a importância sociológica do termo legitimidade, a qual implica sempre uma teoria dominante do poder. Fazemos um paralelo nessa conclusão a uma forma básica de manifestação de legitimidade que é a tradicional[116], quando os interlocutores indicam fatores fora da estrutura legal como o uso do bom senso de acordo puramente com pontos de vistas e preferências pessoais e a crença da legitimidade a partir de uma superioridade técnica, quase uma

[116] WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

santidade de um dos esquadrões. Dessa forma, gera-se o conflito com outra forma de dominação, a legal, na qual apregoa-se a impessoalidade das leis ou dos estatutos, não se sujeitando a decisões pessoais em virtude de seu próprio direito, mas a regra estatuída.

Esta reflexão nos oferece as ferramentas para analisar a situação atual dessa memória. Temos um grande grupo de torcedores com um discurso orientado para a justiça e pela igualdade, que não aceita a velha estrutura clientelística do Brasil. Do outro lado temos um outro grupo que roga a velha tradição. A proposta do Clube dos 13 com a Copa União era justamente acabar com essas relações de interesses que definiam o comando do futebol brasileiro. A luta por autonomia dos clubes brasileiros era uma luta pelo respeito a regulamentos, sem favorecimentos e mudanças casuísticas. As torcidas clamavam por melhores campeonatos e isso passava por sua melhor organização e profissionalismo. Porém, como vimos, os próprios clubes não souberam como manter a sua postura e abrandou a sua relação com a CBF, não rompendo com a velha estrutura. A disputa entre tradição e modernidade em sua síntese gerou o dilema.

Nesse contexto da Copa União, esta disputa foi ganha simbolicamente pelo Flamengo e a sua tradição. A mídia esportiva em sua maioria e o grande público o reconhecem como campeão, diretamente ou indiretamente, quando coloca sempre o protagonismo sobre o time no debate. Mas esportivamente o Sport está em vantagem. O seu grande trunfo é a falta de credibilidade das instituições brasileiras, levando a um intenso desejo brasileiro pela modernização de suas instituições. O que pesa contra si é o seu menor capital simbólico que acaba por implicar em seu menor capital econômico e social.

Refletir sobre o andamento ou até o resultado desta disputa é pura especulação. Podemos apenas observar que neste momento parece que não há um entendimento para a solução desse dilema brasileiro. Provavelmente quando se esgotarem os recursos na justiça os torcedores flamenguistas não mudarão seu discurso. Por outro lado, faz-se necessária para o avanço da democracia e da cidadania brasileira o resgate da credibilidade das instituições brasileiras. Respeitar regulamentos e recorrer à justiça enquanto houver direito a recursos fazem parte desse processo.

Uma outra questão nesta reflexão é: até que ponto os apontamentos sobre a memória aqui levantados podem contribuir para outras pesquisas? Os dados foram levantados sobre um determinado evento, portanto, seria correto afirmar que os resultados valem apenas nessas circunstâncias específicas. Por outro lado, acredito que sua proposta teórica possa ser válida para outros eventos. Afinal, foram observados elementos comuns no campo esportivo como

sociabilidades torcedoras e disputas. Além disso, tratamos sobre a influência da mídia esportiva, que pode ser estendida aos mais diversos temas.

Certamente o tema não se esgota com essa dissertação. O que pode-se perguntar é "Qual é a importância desse evento para a historiografia brasileira?" Acreditamos ser a discussão sobre o dilema brasileiro na Nova República e os seus desdobramentos, que mostrou-se presente nesse trabalho.

No decorrer deste trabalho, dentro do contexto da análise do esporte pela História, outra temática ainda sugere desdobramentos futuros, que seria uma reflexão sobre a relação entre os clubes e federações esportivas brasileiros. O debate entre um suposto jeito amador da organização das federações e a exigência do profissionalismo da parte dos clubes ainda se faz presente. Porém, muitos avanços na gestão e organização do futebol brasileiro podem ser notados. Precisamos perguntar: o que significa amador e profissional atualmente? Quais outras formas que o dilema brasileiro se manifesta atualmente? Será que é desejável a superação desse dilema?

REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, M. *Cultura global*: *nacionalismo, globalização e modernidade.* Petrópolis: Vozes, 1994. p. 311-327.

_____. *A vida social das coisas*: as mercadorias sob perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A Ditadura Militar em tempo de transição (1974 – 1985) In: Martinho, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e Ditadura no Brasil.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

BARBOSA, Marialva. *Senhores da Memória*. Tese de Concurso Público para Professor Titular no setor de Jornalismo. Departamento de Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

_____. Programa para uma sociologia do esporte. In: BOURDIEU, Pierre: Coisas ditas. São Paulo, Brasiliense, 1990. p.207-220

_____. Como é possível ser esportivo? In: Bourdieu, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136 -163.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

_____. *A Distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: EdUSP, 2008.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

COUTO, Euclides de Freitas. *Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978).* Niterói: Editora da UFF, 2014.

DAMATTA, Roberto. *A Bola corre mais que os Homens.* Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
_____. *Universo do Futebol: Esporte e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.*

_____. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, Rio de Janeiro: Rocco. 1997.

DAMO, Arlei Sander. *Do dom a profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França.* São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

DAMO, Arlei Sander. ***Para o que der e vier****: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e seus torcedores*. 1998. 247 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

_____; OLIVEN, Ruben: O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cada, seus sócios e seus negócios. Horizontes Antropológicos, nr 40, 2013.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro.* São Paulo: FAPESP; EDUC, 2010.

FRAGA, G. Wasen. Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê, Anais do XXVI SimpósioNacional de História –ANPUH, São Paulo, 2011.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Futebol objeto das ciências humanas/ organização Flavio de Campos e Daniela Alfonsi. – 1. ed. – São Paulo: Leya, 2014.

GASTALDO, Édison; GUEDES, Simoni Lahud: Nações em Campo. Niterói: Intertexto, 2006. GASTALDO, Édison: As Relações Jocosas Futebolísticas: futebol, sociabilidade e conflito no Brasil. Mana, v. 16, p. 311-325, 2010.

GEERTZ, Clifford: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUEDES, Simoni Lahud: Esporte, lazer e sociabilidade. In: Carlos Benedito Martins; Luiz Fernando Dias Duarte. (Org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil - Antropologia. 1ed.São Paulo: Anpocs; Discurso Editorial, Barcarolla, 2010

_____. O Brasil no campo de futebol. Niterói: EdUFF, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: futebol e cultura de massa no* Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

HELAL, Ronaldo. “Estádios Vazios, Ausência de Ídolos: Notas para uma Reflexão sobre a Crise do Futebol Brasileiro”. In: Futebol: 100 Anos de Paixão Brasileira (Pesquisa de Campo) (0), Rio de Janeiro, Departamento Cultural/UERJ, 1994, p.61.

HOBSBWAM, Eric. *Sobre História.* São Paulo: Companhia. Das Letras, 1998.

HOLANDA, Bernardo Borges Buarque de (org). *Olho no lance: ensaios sobre esporte e televisão.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

KAELBLE *Apud* FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº3, p.111-124, maio/jun., 2000.

MARTINS, Maura Oliveira. *A comunidade imaginada do futebol. Estratégias midíaticas na enunciação esportiva.* Cadernos de comunicação, UNISINOS, n.11, 2004.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val Di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum.* In: Usos e abusos da História Oral.Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. p. 103-130

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio.* Estudos Históricos, V. 2." (1989).

ROQUE, André Vasconelos. Razão e paixão. Do ponto de vista processual só o Sport é campeão de 87. In: *Revista Consultor Juridíco.*[on-line] 22 de junho de 2013. Disponível na internet<http://www.conjur.com.br/2013-jun-22/andre-roque-ponto-vista-processual-somente-sport-campeao-87#top> Acesso em julho de 2016.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SANTOS, Daniel de Araújo dos. *Onde a Arena vai mal, um time no Nacional. A criação do campeonato brasileiro em 1971*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco. 1ª Edição, 2015.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo*: uma história institucional da CBF. Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SCHIMIT, Rogério. “Partidos políticos no Brasil (1945 – 2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SOARES, Samuel Alves. “Controles e autonomia – As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974 – 1999). São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SOUZA, M. A. de. Gênero e raça: a nação construída pelo futebol brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 6-7, p. 109-152, 1996.

VAZ, Alexandre Fernandez: DaMatta: o futebol como drama e mitologia. In: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo: Esporte: História e Sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002.

TEIXEIRA, L. A. C. Congregar, congraçar e Unir. A atuação da Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (1981-1989). São Gonçalo: UERJ, 2014. Dissertação (Mestrado em História Social e do Território), Programa de Pós-Graduação em História Social e do Território, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

TOLEDO, Luiz Henrique: A invenção do torcedor de futebol: disputas simbólicas pelos significados de torcer. In: DACOSTA, Márcia Regina: Futebol espetáculo do século. São Paulo: Musa, 1999.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia.* Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. *Economia e sociedade.* Brasília: UNB, 1994.